

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quiêlse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quiêlse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTES

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.  
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro  
Reuniões — Terças-feiras.  
SUPLENTES  
Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTES

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTES

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTES

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTES

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTES

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



## RESOLUÇÃO N.º 11-72

DATA: 5 de junho de 1972.

Súmula: Aprova contas do Senhor Governador do Estado referente ao exercício financeiro de 1970.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. único — São aprovadas as contas do Senhor Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 5 de junho de 1972.

(a) WILSON FORTES.

## DECRETOS LEGISLATIVOS:

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 313-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.184-72, de 05 de junho de 1972, deste Poder,

## R E S O L V E :

— autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, os funcionários ANTONIO DOS SANTOS RIBAS e JOANA MACIEL FARIAS, a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de junho de 1972.

(a) WILSON FORTES — Presidente

(a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

(a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da 92.ª Sessão (Extraordinária)

## Realizada em 28 de Junho de 1972 - (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann e Pinto Dias (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 47-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 239-69, de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, passa para a jurisdição da 48.ª Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão, a atual Inspeção Auxiliar de Ensino do Município de Santa Izabel do Oeste — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 29, às 14,00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA,

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 50-72.

Levanta-se a Sessão.

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da 93.ª Sessão Ordinária

## Realizada em 28 de Junho de 1972 - (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann e Pinto Dias. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E:

## EMENDAS:

## Emenda ao Projeto de Lei N.º 83-72

Acrescente-se ao Artigo 1.º, Parágrafo: O Tributo beneficiado com a Anistia prevista neste artigo, poderá ser pago em parcelas, em número nunca inferior ao de dez, a requerimento do contribuinte.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972.

(a) Nelson Buffara

## EMENDA

Proposta de Emenda à Constituição do Estado — Proposição 122-72

Artigo único. O § 1.º do artigo 11 e o artigo 15, "caput", da Constituição, face ao que dispõe a Emenda n.º 3.º à Constituição Federal, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 11. — .....

§ 1.º — Somente se convocará suplente no caso de vaga ou nos de investidura em função prevista neste artigo. Não havendo suplente, e tratando-se de vaga, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

Art. 15.º — A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, de 1.º de março a 30 de junho e de 1.º de agosto a 5 de dezembro". Sala das Sessões, em 22 de junho de 1972.

(aa) Wilson Forte, João Mansur, Leopoldo Jacomel, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Emílio Carazzai, Ovidio Franzoni, Ivo Tomazoni, Jorge Sato, Antonio Costa, Odilon Reinhardt, Paulo Poli, Paulo Camargo, Santos Lima, Erondy Silvério, Gilberto Carvalho, Quielse Crisóstomo.

## JUSTIFICAÇÃO:

A presente Emenda é decorrencia do disposto pela Emenda n.º 3 à Constituição Federal, promulgada em data de 15 do corrente mes.

## REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando dispensa de publicação da redação final ao Projeto de Lei n.º 13-72.

— De autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, solicitando dispensa de publicação da redação final ao Projeto de Lei n.º 83-72.

— De autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando dispensa de publicação de redação final ao Projeto de Lei n.º 72-72.

— De autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando dispensa de publicação de redação final ao Projeto de Lei n.º 6-72.

## Requerimento

Senhor Presidente:

Designo para representar o MDB, na Comissão Especial que opinará sobre o Projeto de Lei Orgânica dos Municípios o Senhor Deputado Muggiati Filho.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

## Requerimento

Senhor Presidente:

A Liderança da ARENA designa para seus representantes na Comissão Especial, que opinará sobre o Projeto de Lei Orgânica dos Municípios os Srs. Deputados, Armando Queiroz, Borsari Neto, Luiz Roberto Soares e Basílio Zanusso.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972.

(a) João Mansur

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvir o Plenário, se registre na Ata dos trabalhos de hoje, votos de aplausos, ao jornal "A VOZ DO OESTE", editado na cidade de Toledo, Estado do Paraná. Por sua atuação, em bem informar o povo da região Oeste do Paraná, sempre levando em suas páginas notícias e informes de real utilidade da região.

Requer, outrossim, após aprovação deste, se dê ciência ao jornal, através de seu Diretor Haroldo Hamilton.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972.

(a) Paulo Poli

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, se registre na Ata dos trabalhos de hoje, votos de aplausos, ao Excelentíssimo Desembargador Alceste Ribas de Macedo, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Graças ao dinamismo do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, sua capacidade incontestante, várias Comarcas estão recebendo forum das outras comarcas.

Os principais órgãos da imprensa noticiam hoje com destaque, a atuação do Dr. Alceste Ribas de Macedo na chefia do Poder Judiciário cuja atuação realmente merece os aplausos de toda a gente paranaense.

Requiero, outrossim, após a aprovação deste se dê ciência ao home. nageado.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972.

(a) Paulo Poli

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado veemente apelo e solicitação aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado, Professor Pedro Viriato Parigot



de Souza e Secretário de Educação e Cultura Dr. Roberto Linhares da Costa, no sentido de que sejam regularizadas com urgência a situação das zeladoras não só da Capital como do interior, que necessitam ser registradas para poderem receber não só o abono e melhoria salarial, mas também, a assistência médica e suas famílias, uma vez que a atual condição de contratadas não lhes possibilita aqueles benefícios justos e humanos.

Espero a unânime aprovação da presente proposição por ser de justiça. Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972.

(a) Igo Losso

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe expediente ao Excentíssimo Senhor Desembargador Vatel Gonçalves, Digníssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado, fazendo a seguinte indagação:

Quantos candidatos poderão ser lançados, nos Municípios, através dos Partidos Políticos, nas eleições de 15 de Novembro vindouro, para as Câmaras de Vereadores?

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972

(a) Antônio Belinatti

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Tivemos neste último fim de semana a Convenção Municipal de Curitiba da Aliança Renovadora Nacional, para constituição de Diretório, e, em seguida, a primeira reunião deste, para escolha da nova Comissão Executiva do Partido na Capital.

Como integrante, primeiro da Comissão Provisória que organizou o pleito, e depois do Diretório e da Comissão Executiva, queremos fazer um registro de justiça ao grande responsável pelos entendimentos elevados que orientaram a reformulação partidária, mentor que foi de fato, da aproximação entre as lideranças do partido, e desta com o Governo do Estado, possibilitando uma coesão absoluta de objetivos e pontos de vista e, conseqüentemente, promovendo a plena realização da Arena de Curitiba, em todas as suas tendências.

Estamos nos referindo a um ex-membro desta Casa, Sua Excelência o Secretário do Interior e Justiça, Procurador Mário Faraco. Como único elemento que, na nossa compreensão, tem no atual Governo a sensibilidade de dialogar com os setores políticos, prestou Sua Excelência um serviço relevante ao Estado, coordenando com fidelidade e tato a solidificação do maior Diretório arenista do Estado. Como exparlamentar, de vida política forjada ao calor das urnas, teve sempre o Secretário Mário Faraco, no desempenho de sua atual missão, a sensibilidade e o respeito pela função parlamentar, que evitaram ao Governo uma postura de superioridade, tão a gosto daqueles que presumem do exercício de funções ligadas ao Executivo prerrogativas de mando partidário.

Assim sendo, e para registro de nossa opinião, requeremos à Mesa sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário do Interior e Justiça, expedientes dando-lhes ciência deste pronunciamento e parabenizando pela conduta por elas adotadas no episódio partidário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 99-72

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual de Jacareizinho, como resultante da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de Ensino Superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado na referida cidade.

§ 1.º — O estabelecimento de ensino de que trata este artigo será organizado como fundação de direito público e de conformidade com as prescrições das legislações federal, estadual e desta Lei.

§ 2.º — A denominação oficial da entidade será a do estabelecimento de ensino, antecedido da designação Fundação.

§ 3.º — Concomitantemente com o ato de criação, o Poder Executivo decretará a extinção da personalidade individual ou autônoma de sua entidade mantenedora e, se for o caso, de cada estabelecimento de ensino incorporado ou congregado.

Art. 2.º — A entidade terá personalidade jurídica própria, a partir do ato legal de posse do Reitor da Universidade, e gozará de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, a qual será exercida na forma da lei e dos estatutos.

Artigo 3.º — O Estado designará bens livres e suficientes para a instituição do fundo a personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do Orçamento do Estado, aqueles para formação do patrimônio básico, este para receita essencial de manutenção da entidade.

Art. 4.º — O Pessoal Docente da entidade será organizado e regido pelas normas das legislações federal, estadual e desta Lei.

Art. 5.º — Todo o pessoal da entidade será contratado de acordo com a legislação trabalhista, fixando os contratos, em cada caso, o regime de trabalho, sua duração, a forma e o montante da remuneração.

Parágrafo único — na hipótese de a entidade servir-se de funcionários da administração pública direta deverão estes submeter-se integralmente ao regime de trabalho da entidade.

Art. 6.º — A Universidade e demais estabelecimentos de Ensino Superior prestarão contas, nos prazos e forma exigidos pela contabilidade pública, perante o órgão próprio do Estado.

Art. 7.º — O patrimônio inicial da entidade, afora os que o Estado houver por bem destinar, se constituirá:

a — dos imóveis, móveis, equipamentos e instalações dos estabelecimentos incorporados ou congregados, bem assim todos os bens pertencentes à instituição mantenedora, em gozo ou não de personalidade jurídica própria criada pelo Estado;

b — dos saldos dos exercícios financeiros dos estabelecimentos incorporados ou congregados e os da respectiva entidade mantenedora;

c — dos auxílios, doações, legados e outros, oriundos de pessoas naturais ou entidades públicas ou privadas, relativos aos estabelecimentos incorporados ou congregados e a instituição mantenedora.

Art. 8.º — A receita da entidade se constituirá:

a — dos recursos financeiros globais, para manutenção e desenvolvimento da entidade, fixado em orçamento anual do Estado;

b — auxílio e doações dos municípios ou quaisquer outras pessoas;

c — das rendas patrimoniais;

d — dos rendimentos de serviços prestados;

e — da contribuição escolar.

Art. 9.º — Os recursos obtidos de anuidades pagas pelos estudantes regulares, bem como a restituição do valor das bolsas, na forma da restituição constitucional, serão utilizados prioritariamente para assegurar bolsas a alunos de recursos menores ou insuficientes.

Parágrafo único — Os recursos provenientes das taxas assistenciais reverterão para esses mesmos fins.

Art. 10 — Para proceder à medidas preliminares de incorporação ou congregação, será constituída uma Comissão Instituidora, composta de dois (2) membros representantes da Congregação de cada um dos estabelecimentos de ensino interessados, a qual competirá:

I — elaborar, no prazo de trinta (30) dias, o anteprojeto de estatutos da entidade e submetê-lo à aprovação, em caráter intemporal, ao Chefe do Poder Executivo;

II — eleger os nomes que comporão a lista sextupla, a ser submetida ao Chefe do Poder Executivo, para nomeação do Reitor e do Vice Reitor;

III — praticar os atos necessários ao seu desempenho e os que lhes forem solicitados pelo Poder Executivo.

§ 1.º — O anteprojeto de estatutos aprovado em caráter intemporal será publicado no Diário Oficial do Estado, e pelas suas disposições se estabelecerão os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades civis, até sua final aprovação em definitivo pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2.º — A lista referida no item II deste artigo será apresentada dentro de quinze (15) dias contados da publicação dos estatutos, mencionada no parágrafo primeiro.

Art. 11 — Nomeado e empossado o Reitor, fará este as gestões necessárias à preparação do processo de pedido de autorização ou reconhecimento da entidade, ao Presidente da República, na forma da Lei.

Parágrafo único — Empossado o Reitor, extinguir-se-á, automaticamente, a Comissão Instituidora.

Art. 12 — Concedida a autorização ou reconhecimento pelo Governo Federal, serão os estatutos respectivos aprovados, em caráter definitivo pelo Chefe do Poder Executivo, ao qual competirá fixar a data da instalação solene da entidade.

Art. 13 — O ato legal de criação e instituição da entidade conterá, entre outros peculiares a organização, funcionamento, cronograma de implantação, os seguintes elementos:

I — a denominação oficial da entidade;

II — a declaração de sua forma de fundação e de sua natureza de pessoa jurídica de direito público, com personalidade e capacidade jurídica próprias;

III — a declaração de gozo de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, nos termos da lei e dos estatutos;

IV — a designação do patrimônio a personalizar;

V — a declaração da extinção das entidades a que se refere o parágrafo terceiro do artigo primeiro desta Lei;

VI — a nomeação dos membros integrantes da Comissão Instituidora e de seu Presidente.

Art. 14 — Tendo em vista suas finalidades e o caráter de utilidade nacional, a entidade entrará em entendimento com os municípios e instituições interessadas no distrito geográfico respectivo, a fim de obter auxílios, regalias e facilidades fiscais, e outras formas de cooperação.

Art. 15 — Ficam ressalvados os direitos adquiridos de todo pessoal pertencente aos estabelecimentos de ensino incorporados ou congregados.

Art. 16 — Para os efeitos da criação da Universidade fica autorizado o Poder Executivo a extinguir por decreto o cargo, função ou emprego de diretor de estabelecimento de ensino superior e substituí-lo por Coordenador, até aprovação definitiva dos Estatutos da Universidade.

Art. 17 — No órgão colegiado deliberativo de maior relevância da Universidade haverá um representante do Estado, com direito a voto, designado pelo Secretário da Educação e Cultura.

Art. 18 — As entidades declaradas extintas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo primeiro desta Lei, serão dissolvidas e liquidadas na forma e para os fins legais, sob a orientação do Reitor da entidade incorporadora ou congregadora respectiva.

Art. 19 — Em todo o período de transição do regime de estabelecimentos de ensino isolados para o de Universidade, observar-se-á:

I — nenhuma alteração se fará no vigente processo de provisão de recursos financeiros a cada um dos estabelecimentos incorporados ou interessados, até que a implantação do processo seguinte garanta normalidade no cumprimento das obrigações financeiras;

II — não se interromperá a atividade letiva de qualquer dos estabelecimentos de ensino interessados.

Art. 20 — Ficam criados no Quadro do Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura um (1) cargo em comissão símbolo L-C, de Reitor de Universidade, e dois (2) cargos de Secretário Geral de Universidade, símbolo 4-C.

Parágrafo único — Os cargos de que trata este artigo, extinguem-se automaticamente com a aprovação definitiva dos Estatutos pelo Governo Federal.

Art. 21 — O orçamento da Universidade entrará no Orçamento Geral do Estado como órgão de execução delegada da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura.

Art. 22 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria da Educação e Cultura, no corrente exercício, um crédito especial de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), destinados a cobrir as despesas com a execução da presente Lei.

Art. 23 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972

(a) Wilson Fortes

#### JUSTIFICATIVA:

Disse o Ministro Jarbas Passarinho falando aos formandos da Escola de Engenharia, em Lins, no dia 22 de dezembro de 1971:

"Em primeiro lugar, é preciso considerar que neste País, crescendo como está, não é justo manter as capitais de Estados como detentores do monopólio das escolas de Ensino Superior. A interiorização da Escola Superior é uma necessidade".

Nas douras palavras do Ministro, a assertiva de que o Governo vê com



entusiasmo a interiorização do Ensino Superior, pois a descentralização das oportunidades constitui uma das maiores conquistas da Educação no Brasil.

Fundamental ao desenvolvimento, a Educação eleva a produtividade do homem e a sua capacidade criadora, especialmente no que se refere às qualificações indispensáveis ao trabalho nos vários setores da comunidade.

A humanização da ordem econômica, tal como deve ser implantada, está fundamentalmente ligada à difusão do Ensino.

Incontestável é a doutrina de que não se reduzirão, em medida razoável, as disparidades sociais sem se facultar a todos igual acesso às fontes de educação.

Educar para o desenvolvimento, esse o imperativo que impulsiona as aspirações educacionais orientadas para a utilidade nacional.

A humanização com que se sonha, a educação com que se pretende alcançar as metas do desenvolvimento, enraizam-se na Universidade.

A Universidade busca realizações educativas pela sedimentação e aperfeiçoamento cultural, pesquisa e novas direções previstas ou desejadas tanto para o pensamento como para a ação. Procura atender e satisfazer às exigências da personalidade humana, e ir além da simples continuidade de grupos sociais ou mesmo de nacionalidade.

Dai, as missões da Universidade:

1. transmitir o saber, desenvolvendo aptidões;
  2. difundir a cultura;
  3. prestar serviços à comunidade e informar e formar a opinião pública.
- A Universidade contribui para o desenvolvimento em três itens principais:
1. formação de técnicos;
  2. promoção de pesquisas;
  3. solução de problemas comunitários.

## II

O Governo do Estado, porque tanto tenha compreendido a missão e contribuição da Universidade, dotou o Estado de mais três Universidades: Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

Não se ateuve, talvez, num estudo mais acurado na apreciação das regiões geo-educacionais. Se atestasse para tal detalhe, teria criado mais Universidades e teria feito do Paraná o Estado melhor integrado educacionalmente.

Evidente a realidade, quando se sabe que algumas regiões, pelo menos duas, ficaram sem uma Universidade: Jacarezinho, no Norte-Pioneiro, e Cascavel no sudoeste.

Região geo-educacional, o Norte-Pioneiro já demonstrou e provou que todas as iniciativas educacionais implantadas no seu Ensino, frutificaram extraordinariamente.

O Ensino Superior, no Norte-Pioneiro, apresenta, hoje, uma alentadora visão de suas reais possibilidades, com o funcionamento de cinco Faculdades:

1. **Jacarezinho**  
Fundação Estadual Faculdade de Educação Física  
Fundação Estadual Faculdade de Direito  
Fundação Estadual Faculdade de Filosofia
2. **Cornélio Procopio**  
Fundação Estadual Faculdade de Filosofia
3. **Bandeirantes**  
Escola Superior de Agronomia.

O Norte-Pioneiro, portanto, já se apresenta com características universitárias.

## III

O Poder Público, no caso o Governo do Estado do Paraná, cumprindo missão de seu dever e de sua competência, deve instituir a Fundação Universidade Estadual de Jacarezinho, contribuindo, assim, de modo decisivo para a solução definitiva da política educacional.

De uma vez por todas, dever-se-ia considerar o investimento na Educação como a prioridade absoluta do Brasil. A ação governamental, estadual ou federal, estará motivada com a criação das Universidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, no âmbito estadual, e na liberação permissiva do Governo Federal, autorizando o funcionamento de Cursos Superiores em todo o Brasil.

O Governo, porque lhe compete, assume o papel que lhe cabe na formulação e execução de uma política global e orgânica do Ensino Superior. Esses os principais fundamentos da Lei de Diretrizes e Bases, inspirados na filosofia de Educação exposta na Constituição Brasileira.

Resulta, pois, como consequência, que a experiência mostra a necessidade de se acelerar a expansão do Ensino Superior, de tal maneira que o leve a todos os centros, Capital e Interior, com o que se estará provando que a Educação é mesmo direito de todos e que, somente assim, se estará objetivando, realmente, a integração e a integralização da personalidade, além de se garantir, a todos, oportunidades iguais. E oportunidades iguais, somente se acessível for, a todos, o benefício da cultura e se houver incentivo, difusão e extensão da cultura em todos os seus aspectos, em todos centros, em todas as regiões.

E tanto tem o Governo do Estado do Paraná compreendido que só assim deve e pode ser, que está estendendo a cultura a todos os centros e a todas as regiões, oferecendo oportunidades iguais, assegurando ao jovem a oportunidade de optar pela Faculdade que assegure um curso que lhe atenda a vocação e que seja possível ante suas possibilidades financeiras.

A criação das Universidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá é a resposta do Poder Público aos anseios das comunidades do Interior, buscando a solução que ponha cobro à inquietação generalizada que se verifica no Brasil, proposta pela antítese das exiguas oportunidades ante o elevado número de estudantes que aspiram a um Curso Superior.

O Poder Público, desta forma, elimina os fatores que mais limitam as oportunidades, inclusive o ônus direto e indireto de uma educação universitária, ao qual se subordinam os rendimentos dos pais ante a obtenção de tal Educação, ainda que se não considere a capacidade intelectual.

Urge se ofereça a Educação a todos os setores da população, ou pelo Poder Público ou pelas Fundações, Autarquias e Associações.

Evidente, para todos, que o Estado do Paraná, em seu desenvolvimento atual, não pode conter o anseio dos jovens na estreiteza de um compartimento que lhes tolha o direito de opção por falta de recursos, por falta de oportunidades.

Além disso, notória e definida a Política Educacional Brasileira, com o rompimento dos compartimentos estanques que obstruíram sua expansão, para a abertura dos horizontes educacionais, com Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, autorizando cursos e mais cursos, na destemida resolução de atender, definitivamente, aos interesses da Educação.

Jacarezinho, inconteste centro-polarizador do Norte-Pioneiro, região geo-educacional, é a cidade ideal para a difusão do Ensino Superior, Conta, já, com três Faculdades, em regime de Fundação, e a convergência estudantil já cabalmente demonstrada é a prova definitiva do acerto de sua localização.

Centro de irradiação pedagógica para a orientação e avaliação do Ensino de 1.º e 2.º Graus, Jacarezinho é a cidade pioneira na Reforma, a quem competirá difundir e implantar a Reforma do Ensino em todo o Norte Pioneiro.

O Norte-Pioneiro, por sua importância no cenário educacional, com cinco Faculdades instaladas e em franca atividade, por sua relevância como região geo-educacional, como centro piloto da Implantação do Ensino de 1.º e 2.º Graus, por tudo, enfim, comporta uma Universidade, com sede em Jacarezinho.

Essas são as razões que determinaram a apresentação deste projeto, que ora propomos ao estudo e deliberação dos nobres pares.

### Projeto de Lei N. 100-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

## LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS

Súmula: Dispõe sobre a organização dos Municípios e dá outras providências.

### TÍTULO I

#### DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º — Município é a unidade do território do Estado, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e por esta Lei.

Parágrafo único — O Município de Curitiba elaborará a sua Lei Orgânica.

Art. 2.º — Na toponímia dos Municípios e Distritos observar-se-ão as seguintes normas:

I — Não se repetirão topônimos de cidades ou vilas brasileiras já existentes;

II — Não se empregarão designações de datas, nomes de pessoas vivas e expressões compostas de mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais.

Art. 3.º — A denominação do Município ou do Distrito dependerá de Lei Estadual.

Parágrafo único — A alteração do nome do Município ou do Distrito somente poderá ser efetuada, por Lei Estadual, mediante representação do Município interessado, feita pelo Prefeito com aprovação da Câmara, pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 4.º — A divisão territorial do Estado será fixada em Lei que somente poderá sofrer modificações no ano anterior às eleições municipais, mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidos os requisitos da Legislação Federal e Estadual.

Parágrafo único — Não se consideram modificações da divisão territorial ou atos que interpretem linhas divisórias intermunicipais ou interdistritais necessários à sua melhor caracterização, à luz de documentação geográfica mais acurada, desde que não acarretem a transferência de uma cidade ou vila de sua jurisdição territorial.

Art. 5.º — A sede do Município lhe dará o nome e terá a categoria de cidade; o Distrito designar-se-á pelo nome da respectiva sede, e terá a categoria de vila.

Parágrafo único — A transferência da sede do Município dependerá de Lei Estadual, mediante representação da Câmara Municipal aprovada pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

#### CAPÍTULO II

##### DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO DISTRITO

Art. 6.º — A constituição de novo Município poderá ocorrer mediante:

- I — desmembramento do território de um Município;
- II — fusão de parcelas de dois ou mais Municípios;
- III — fusão da área territorial integral de dois ou mais Municípios, com a extinção destes.

Art. 7.º — São condições para que um território se constitua, em Município, além das fixadas por lei federal, as seguintes:

- I — ser distrito há mais de quatro anos;
- II — apresentar distância não inferior a dez quilômetros, entre o seu perímetro urbano e do Município de origem;
- III — não interromper a continuidade territorial do Município de origem;
- IV — ter continuidade territorial.

Art. 8.º — A Lei de criação do Município mencionará:

- I — o nome, que será o da sede;
- II — as divisas;
- II — os distritos, com as respectivas divisas, comprovados os requisitos do artigo anterior;
- IV — a comarca a que pertence;
- V — o ano da instalação.

Art. 9.º — A criação de Distritos se fará por Lei Estadual, obedecidas as seguintes condições:

- I — População superior a mil habitantes no território;
- II — Existência, na sede, de pelo menos cinquenta casas;
- III — Pertencer a mais de um proprietário, ou ser do domínio municipal, a área onde se situe o território do Distrito;
- IV — delimitação da área, com a descrição das respectivas divisas.

Parágrafo único — A delimitação da linha perímetrica do Distrito será determinada por órgão estadual designado para tal fim, o qual se altera às conveniências dos moradores da região e observará para que a área delimitada não ultrapasse a metade do Distrito do qual se desmembrou.

#### CAPÍTULO III

##### DA INSTALAÇÃO

Art. 10.º — A instalação do Município far-se-á por ocasião da posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, que deverá coincidir com a dos demais Municípios do Estado.

Art. 11.º — Os vereadores, por convocação e sob a Presidência da autoridade judiciária da Comarca, reunir-se-ão para a posse e instalação da Câmara Municipal.

§ 1.º — Instalada a Câmara esta procederá a eleição de sua Mesa, sob a Presidência do Vereador mais idoso.

§ 2.º — Procedida a eleição e posse da Mesa, o Prefeito e Vice-Prefeito, em seguida, tomarão posse perante a Câmara.



Art. 12 — Instalado o Município, deverá o Prefeito, no prazo de sessenta (60) dias, remeter à Câmara Municipal:

- I — a proposta orçamentária para o respectivo exercício;
- II — o projeto de lei de organização dos serviços da Prefeitura;
- III — o projeto de lei do quadro de pessoal, com os respectivos vencimentos.

Art. 13 — Exceto a legislação referida no artigo anterior, vigorará no Município novo por decreto do Prefeito, a legislação do Município do qual foi desmembrado.

Parágrafo único — No caso de Município criado com território desmembrado de dois ou mais municípios, aplica-se a legislação do Município de maior renda.

Art. 14 — O território do novo Município continuará a ser administrado, até sua instalação, pelo Prefeito do Município de que foi desmembrado.

Art. 15 — Os próprios municipais situados no território desmembrado passarão à propriedade do novo Município, na data da sua instalação, independentemente de indenização.

Parágrafo único — Os imóveis e instalações que constituírem parte integrante e inseparável de serviços industriais utilizados pelos municípios originários e originados serão administrados e explorados conjuntamente como patrimônio comum na proporção da utilização respectiva dos serviços, firmando-se consórcio para tal fim. Quando só servirem ao Município de que se desmembrou continuarão a pertencer-lhe.

#### CAPÍTULO IV DA EXTINÇÃO

Art. 16 — É facultado ao Município, mediante representação fundamentada do Prefeito e aprovação da Câmara Municipal pelo voto de dois terços de seus membros, requerer sua anexação a outro.

Parágrafo único — Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa, dentro de trinta (30) dias ouvirá o Prefeito e a Câmara do Município ao qual deseja anexar-se o Município requerente, decidindo, afinal, depois de cumpridos os requisitos da Legislação Federal e Estadual.

Art. 17 — Poderá ser extinto o Município que durante dois anos deixar de preencher os requisitos mínimos considerados em lei para criação de Municípios.

§ 1.º — Caberá à Assembléia Legislativa do Estado ou ao Governador do Estado com a colaboração dos órgãos competentes, a verificação da real situação dos Municípios nas condições do "caput" deste artigo, propondo, se for o caso, sua extinção.

§ 2.º — O território do Município extinto passará à categoria de Distrito, depois de incorporado a Município vizinho a que vier a pertencer.

#### TÍTULO II

##### DA COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

Art. 18 — Ao Município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

- I — instituir e arrecadar tributos, aplicando-os na forma da Lei Orçamentária;
- II — arrecadar as demais rendas que lhe pertencerem na forma da lei;
- III — dispor sobre a administração, alienação e utilização de seus bens;
- IV — adquirir bens, inclusive através de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;
- V — dispor sobre a concessão e permissão de serviços públicos ou de utilidade de caráter local;
- VI — organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico de seus funcionários, respeitados os preceitos legais;
- VII — elaborar o seu orçamento anual e plurianual de investimentos, prevendo a receita e fixando a despesa mediante planejamento adequado;
- VIII — arrendar ou permutar bens do seu domínio privado, se houver interesse, ou doá-los, no caso de bens comuns, observados os preceitos legais;
- IX — aceitar legados e doações;
- X — Planejar e promover o desenvolvimento integrado;
- XI — regulamentar as edificações de qualquer natureza;
- XII — dispor sobre loteamentos e arruamentos em terrenos particulares, obedecida a legislação federal;
- XIII — dispor sobre o uso de áreas urbanas, regulamentando o zoneamento, particularmente quanto à localização de fábricas, oficinas, depósitos e instalações, no interesse da saúde, da higiene, do sossego, do bem estar e da segurança da população;
- XIV — regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano;
  - a) — determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;
  - b) — fixar os locais de estacionamento de taxis e demais veículos;
  - c) — conceder, permitir ou autorizar serviços de transportes coletivos municipais e de taxis e fixar as respectivas tarifas;
  - d) — fixar e sinalizar os limites das "zonas de silêncio", de trânsito e tráfego em condições especiais;
  - e) — disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;
- XV — sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;
- XVI — dispor sobre a limpeza dos logradouros e remoção do lixo domiciliar;
- XVII — dispor sobre prevenção de incêndios;
- XVIII — conceder licença para abertura e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, renovar as licenças periodicamente; cassar as licenças dos que se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem estar e ao sossego público ou aos bons costumes; promover o fechamento dos que funcionarem sem licença ou depois da cassação desta;
- XIX — fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, respeitada a legislação do trabalho;
- XX — prover sobre o abastecimento de água, serviço de esgotos sanitários, galerias de águas pluviais e fornecimento de iluminação pública;
- XXI — dispor sobre a construção e exploração de mercados públicos, feiras livres para gêneros de primeira necessidade e demais produtos compatíveis com a finalidade de abastecimento da população;
- XXII — fiscalizar a qualidade das mercadorias sob o aspecto sanitário, quando colocados à venda;
- XXIII — regulamentar espetáculos e divertimentos públicos, no que não colida com a legislação própria;

XXIV — dispor sobre o serviço funerário, cemitério e sua fiscalização;

XXV — regulamentar e licenciar a fixação de cartazes, anúncios e qualquer outro meio de publicidade ou propaganda, inclusive a sonora, respeitada a competência da União;

XXVI — fiscalizar, aferindo, os pesos e medidas, desde que autorizado pela autoridade competente;

XXVII — dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXVIII — dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicação da raiva e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXIX — estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XXX — prover sobre vigilâncias;

XXXI — constituir servidões necessárias aos seus serviços;

XXXII — prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto socorro por seus próprios serviços ou mediante convênios.

Parágrafo único — Os planos de arruamentos e loteamentos a que se refere o inciso XII deste artigo deverão reservar áreas destinadas a:

- 1 — vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales;
- 2 — passagens de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais, com largura mínima de dois metros nos fundos dos lotes, cujo desnível seja superior a um metro da frente ao fundo.

Art. 19 — Ao Município compete, concorrentemente com o Estado:

- I — zelar pela saúde, higiene e segurança pública;
- II — promover a educação, a cultura e a assistência social;
- III — prover sobre a defesa da flora e da fauna, assim como dos bens e locais de valor histórico, artístico, turístico ou arqueológico;
- IV — prover os serviços de fomento agropecuário;
- V — a conservação e construção de estradas e caminhos;
- VI — dispor sobre a extinção de incêndios;
- VII — outros serviços de qualquer natureza, que não contrariem dispositivos legais.

§ 1.º — Sempre que conveniente ao interesse público, os serviços previstos neste artigo, quando executados pelo Estado, terão caráter regional, com a participação dos Municípios Municípios da região, na sua instalação e manutenção.

§ 2.º — Os municípios poderão organizar e manter guardas municipais para colaboração na segurança pública, subordinadas ao órgão de Segurança Pública do Estado, na forma e nas condições regulamentares.

Art. 20 — O Município poderá delegar ao Estado, mediante convenio, os serviços de competência concorrente de sua responsabilidade a que se refere esta lei.

Art. 21 — Ao Município é facultado celebrar convenios com o Estado ou a União para a prestação de serviços da sua competência, quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros ou quando houver interesse mútuo.

Art. 22 — Os Municípios poderão consorciar-se para a realização de obras ou serviços de interesse comum.

Parágrafo único — Lei especial disporá sobre a organização dos serviços de interesse comum na região metropolitana de Curitiba.

Art. 23 — A concessão de serviço público só será feita com autorização da Câmara Municipal, mediante contrato, precedido de concorrência. A permissão, sempre a título precário, será outorgada por decreto, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente.

§ 1.º — São nulas de pleno direito as concessões e permissões, bem como qualquer autorização para exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2.º — Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, cabendo ao Prefeito aprovar os preços respectivos.

§ 3.º — O Município poderá revogar a concessão ou permissão, desde que os serviços sejam executados em desconformidade com o contrato ou ato, bem como aqueles que se revelarem manifestamente insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4.º — As concorrências para a concessão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 24 — Os preços dos serviços públicos ou de utilidade pública explorados diretamente pelo Município ou por órgãos de sua administração descentralizada serão fixados pelo Executivo, cabendo à Câmara Municipal apenas definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo, e abaixo do custo, tendo em vista o interesse econômico e social.

Parágrafo único — Na formação do custo dos serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações.

Art. 25 — É vedado ao Município:

- I — estabelecer cultos religiosos ou igrejas e subvencioná-los; embarçar-lhes o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público na forma e nos limites da lei federal, notadamente no setor educacional, no assistencial e no hospitalar;
- II — recusar fé aos documentos públicos;
- III — instituir empréstimo compulsório;
- IV — instituir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal;
- V — estabelecer limitações ao tráfego, no território do Município, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos intermunicipais, exceto o pedágio para atender o custo de vias de transporte;
- VI — criar impostos sobre:
  - a) — o patrimônio, a renda ou os serviços da União e do Estado;
  - b) — templos de qualquer culto;
  - c) — o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou assistência social, observados os requisitos de lei municipal;
  - d) — os livros, os jornais e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão;
- VII — estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou do seu destino;
- VIII — anistiar dívida ativa;
- IX — permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de alto falante ou qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade, para propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;



X — outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato.

Parágrafo único — O disposto na letra "a" do inciso VI deste artigo é extensivo às autarquias no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; mas não se estende aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente no que se refere aos tributos de sua competência, observados, se for o caso, o disposto em leis complementares da Constituição Federal sobre isenções de impostos municipais.

### TÍTULO III DO GOVERNO MUNICIPAL CAPÍTULO I DOS PODERES MUNICIPAIS

Art. 26 — O Governo do Município é exercido pela Câmara Municipal, com funções legislativas, e pelo Prefeito, com funções executivas.

Art. 27 — Os órgãos do Governo Municipal são independentes e harmônicos entre si, sendo vedada a qualquer deles delegar atribuições.

### CAPÍTULO II DO LEGISLATIVO SEÇÃO 1.ª Disposições Preliminares

Art. 28 — A Câmara Municipal é constituída de Vereadores, eleitos na forma estabelecida em lei, em número ímpar, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a 9 (nove) nem superior a 21 (vinte e um).

Parágrafo único — O número de vereadores, em cada legislatura, será alterado de acordo com o disposto neste artigo, tendo em vista o total de eleitores inscritos no Município, até 180 (cento e oitenta) dias antes da eleição municipal, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

### SEÇÃO 2.ª DA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA SUBSEÇÃO 1.ª Da Instalação

Art. 29 — No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1.º de fevereiro, às 14 (quatorze) horas, em sessão de instalação, independentemente de número, sob a presidência do vereador mais idoso dentre os presentes, os vereadores prestarão compromisso e tomarão posse. O Presidente, de pé, no que será acompanhado por todos os presentes, prestará o seguinte compromisso:

"Prometo cumprir a Constituição Federal e a Constituição do Estado, observar as leis, desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município".

Em seguida o Secretário designado para esse fim, fará a chamada de cada vereador que de pé, declarará: "Assim o prometo".

Parágrafo único — O vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo até 15 (quinze) dias depois da primeira sessão ordinária da legislatura.

### SUBSEÇÃO 2.ª Da Mesa da Câmara

Art. 30 — Imediatamente depois da posse, os vereadores reunir-se-ão sob a presidência do vereador mais idoso dentre os presentes, e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§ 1.º — Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio, no qual considerará-se eleito o mais votado ou, no caso de empate, o mais idoso.

§ 2.º — Não havendo número legal, o vereador que tiver assumido a direção dos trabalhos permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 31 — A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre no primeiro dia do primeiro período de sessões ordinárias do ano respectivo, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

Art. 32 — A Mesa será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

Art. 33 — O mandato da Mesa será de dois anos, proibida a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo na mesma legislatura.

Parágrafo único — Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, elegendo-se outro vereador para completar o mandato.

Art. 34 — Compete à Mesa, dentre outras atribuições:

I — propor projetos de lei que criem ou extingam cargos de serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

II — elaborar e expedir, mediante Ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las quando necessário;

III — apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação orçamentária da Câmara;

IV — suplementar, mediante Ato, as dotações do orçamento da Câmara, observado o limite da autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

V — devolver à Tesouraria da Prefeitura, juntamente com a prestação de contas, o saldo de caixa existente na Câmara ao final do exercício;

VI — enviar ao Prefeito, até o dia 1.º de março, a prestação de contas do exercício anterior;

VII — elaborar e encaminhar até 31 de agosto de cada ano a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída na proposta orçamentária do Município.

Art. 35 — Compete ao Presidente da Câmara, entre outras atribuições:

I — representar a Câmara em juízo e fora dele;

II — dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos da Câmara;

III — interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV — promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário;

V — fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI — declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;

VII — requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

VIII — apresentar ao Plenário, até o dia 20 de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos, e às despesas realizadas do mês anterior;

IX — decretar a prisão administrativa de servidor da Câmara omissor ou remisso na prestação de contas de dinheiros públicos sujeitos à sua guarda;

X — representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

XI — encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado;

XII — manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XIII — Convocar a Câmara extraordinária, quando houver matéria de interesse público e urgente a deliberar.

Art. 36 — Quando estiver no exercício do cargo de Prefeito, o Presidente da Câmara será substituído pelo Vice-Presidente.

Parágrafo único — O fato de estar o Presidente da Câmara substituindo o Prefeito, não impede que, na época determinada, se proceda à eleição para o referido cargo na renovação da Mesa.

### SUBSEÇÃO 3.ª

#### Das Comissões

Art. 37 — As Comissões permanentes da Câmara previstas no Regime Interno, serão constituídas até o oitavo dia a contar da instalação da sessão legislativa, pelo prazo de um ano, sendo, porém, permitida a recondução dos seus membros.

Parágrafo único — Na composição das Comissões, quer permanentes quer temporárias, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participem da Câmara.

### SUBSEÇÃO 4.ª

#### Das Sessões da Câmara

Art. 38 — A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, seis vezes ao ano, com duração mínima de cinco dias, cada período de sessões.

Art. 39 — As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele.

§ 1.º — Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto, ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas em outro local, designado pela Autoridade Judiciária da Comarca, no auto de verificação da ocorrência ou por decisão tomada por dois terços dos membros da Câmara.

§ 2.º — As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 40 — As sessões poderão ser públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante.

Art. 41 — As sessões só poderão ser abertas com a presença de no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

Parágrafo único — Considerar-se-á presente à Sessão o vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia e participar das votações.

### SUBSEÇÃO 5.ª

#### Das Sessões Extraordinárias

Art. 42 — A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito ou pelo Presidente quando houver matéria de interesse público relevante e urgente a deliberar.

§ 1.º — As sessões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de três dias e nelas não se poderá tratar de assunto estranho à convocação.

§ 2.º — A convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara, através de comunicação pessoal e escrita. Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será comunicada, por escrito, apenas aos ausentes.

### SUBSEÇÃO 6.ª

#### Das Deliberações

Art. 43 — A votação da matéria, constante da Ordem do Dia, só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único — Salvo as execuções previstas nesta Lei, as deliberações serão tomadas pela maioria dos vereadores presentes.

Art. 44 — Dependirão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além dos casos previstos nesta Lei:

I — a aprovação e as alterações das seguintes matérias:

a) — Regimento Interno da Câmara;

b) — Código Tributário do Município;

c) — Código de Obras ou Edificações e Posturas;

d) — Estatuto dos Servidores Municipais;

e) — Criação de cargos e aumento de vencimentos de servidores;

f) — Transferência da sede do Município.

II — o recebimento de denúncia contra o Prefeito, no caso de infração político-administrativa.

Parágrafo único — Entende-se por maioria absoluta, nos termos desta Lei, metade da totalidade da Câmara, mais a fração para completar o número inteiro seguinte.

Art. 45 — Dependirão do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além dos casos previstos nesta Lei, as deliberações sobre:

I — leis concernentes a:

a) — aprovação e alteração do plano de desenvolvimento municipal, inclusive as normas relativas a zoneamento e controle de loteamentos;

b) — concessão de serviços públicos;

c) — concessão de direito real de uso;

d) — alienação de bens imóveis;

e) — aquisição de bens imóveis por doação com encargo;



- f) — alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
- g) — obtenção de empréstimo particular;
- h) — concessão de moratória e remissão de dívida;
- II — rejeição de veto;
- III — rejeição do parecer prévio do órgão competente do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente;
- IV — concessão de título de cidadão honorário ou de qualquer outra honraria;

V — aprovação de representação sobre modificação territorial do Município, sob qualquer forma, bem como sobre alteração do nome;

VI — destituição de componentes da Mesa.

Art. 46 — O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá direito a voto:

I — quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta ou de dois terços dos membros da Câmara;

II — quando houver empate em qualquer votação, simbólica ou nominal;

III — nos casos de escrutínio secreto.

Art. 47 — O vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de matéria do interesse particular seu ou de seu cônjuge ou de pessoa de que seja parente consanguíneo ou a fim até terceiro grau, inclusive, quando não poderá votar, podendo, entretanto, tomar parte na discussão.

Parágrafo único — Ser nula a votação em que haja votado vereador impedido nos termos deste artigo.

Art. 48 — O processo de votação será determinado no Regimento Interno.

Parágrafo único — O voto será secreto:

I — na eleição da Mesa;

II — nas deliberações sobre as contas do Prefeito e da Mesa;

III — nas deliberações sobre a perda de Mandato de Vereadores, Vice-Prefeito e Prefeito.

IV — nos pronunciamentos sobre nomeação de funcionário que dependa de aprovação da Câmara.

V — Nas destituições dos componentes da Mesa.

Art. 49 — Terão forma de decreto legislativo ou de resolução as deliberações da Câmara, tomadas em Plenário e que independam de sanção do Prefeito.

§ 1.º — Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, que tenham efeito externo, tais como:

I — concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se, por mais de 30 (trinta) dias do Município;

II — aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, proferido pelo órgão estadual competente;

III — fixação dos subsídios do Prefeito e quando for o caso, do Vice-Prefeito, para vigorar na legislatura seguinte;

IV — representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;

V — aprovação da nomeação de funcionário nos casos previstos em lei;

VI — mudança do local de funcionamento da Câmara;

VII — cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação federal;

VIII — aprovação de convênios ou acordos de que for parte o Município.

§ 2.º — Destinam-se as resoluções, a regulamentar a matéria de caráter político ou administrativo, de sua economia interna, sobre os quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos tais como:

I — perda de mandato de vereador;

II — fixação de subsídios dos vereadores, quando for o caso, para vigorar na legislatura seguinte.

III — concessão de licença a vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

IV — criação de comissão especial, de inquérito ou mista;

V — conclusão de comissão de inquérito;

VI — convocação de funcionários municipais providos em cargos de confiança ou de assessoramento para prestar informações sobre matéria de sua competência;

VII — qualquer matéria de natureza regimental;

VIII — todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, que não se compreenda nos limites do simples ato normativo.

IX — concessão de título de cidadão honorário, qualquer honraria ou homenagem.

Art. 50 — As deliberações da Câmara sofrerão duas discussões com interstício mínimo de vinte e quatro (24) horas, excetuando-se as moções, as indicações e os requerimentos, que terão uma única discussão.

### SEÇÃO 3.a

#### Dos Vereadores

#### SUBSEÇÃO 1.a

##### Dos Subsídios

Art. 51 — O mandato de vereador somente será remunerado nos casos permitidos pela Constituição Federal, sendo vedado o pagamento de qualquer outra vantagem pecuniária em razão do mandato, inclusive ajuda de custo, representação ou gratificações.

Parágrafo único — Os subsídios serão fixados mediante resolução, no final de cada legislatura, para vigorar na seguinte, respeitados os limites legais.

#### SUBSEÇÃO 2.a

##### Da Licença

Art. 52 — O vereador poderá licenciar-se somente:

I — por moléstia devidamente comprovada;

II — para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;

III — para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a trinta dias, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 1.º — Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o vereador licenciado nos termos dos incisos I e II.

§ 2.º — O vereador investido em cargo de provimento em comissão do maior nível hierárquico nos órgãos principais da estrutura básica da Prefeitura, não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado.

#### SUBSEÇÃO 3.a

##### Da Convocação de Suplente

Art. 53 — Nos casos de vaga em razão de morte, renúncia ou investidura em qualquer dos casos mencionados no art. 57, dar-se-á a convocação do suplente.

§ 1.º — Se o mandato for gratuito, convocar-se-á também, o suplente, em qualquer caso de licença do titular.

§ 2.º — O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de trinta dias.

§ 3.º — Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas, ao tribunal Regional Eleitoral.

#### SUBSEÇÃO 4.a

##### Do Vereador Funcionário Público

Art. 54 — O servidor municipal, no exercício do mandato de vereador, ficará sujeito às seguintes normas:

I — quando o mandato for remunerado, deverá afastar-se do cargo ou função, durante os períodos de sessão e optar pelos vencimentos ou subsídios, contando-se o tempo de serviço público apenas para fins de aposentadoria e promoção por antiguidade;

II — sendo o mandato gratuito e havendo incompatibilidade de horário, afastar-se-á do serviço nos dias de sessão, sem prejuízo dos vencimentos do seu cargo ou função.

#### SUBSEÇÃO 5.a

##### Da Extinção e Cassação do Mandato

Art. 55 — Extingue-se o mandato de vereador, devendo ser declarado pelo Presidente da Câmara Municipal, obedecida a Legislação Federal, quando:

I — ocorrer falecimento, renúncia por escrito, lida em plenário, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral.

II — deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido nesta Lei;

III — deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a cinco sessões ordinárias consecutivas ou a três sessões extraordinárias convocadas para a apreciação de matéria urgente.

IV — incidir nos impedimentos para o exercício do mandato, estabelecidos em lei e não se desincompatibilizar até a posse, e nos casos supervenientes no prazo fixado em lei ou pela Câmara Municipal.

§ 1.º — Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara Municipal, na primeira sessão, comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato e convocar, imediatamente, o respectivo suplente;

§ 2.º — Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências do parágrafo anterior, o suplente do Vereador ou o Prefeito Municipal poderá requerer a declaração de extinção do mandato, por via judicial, e se procedente, o juiz condenará o Presidente omissor nas custas de processo e honorários de advogados que fixará de plano, importando a decisão judicial na destituição automática, do cargo da Mesa e no impedimento para nova investidura durante toda a legislatura.

Art. 56 — Os vereadores não poderão, sob pena de cassação do mandato pela Câmara Municipal, na forma da legislação federal:

I — utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou improbidade administrativa;

II — fixar resistência fora do Município;

III — proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara Municipal ou faltar com o decoro na sua conduta pública;

IV — celebrar ou manter contrato com o Município, desde sua diplomação;

V — firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes, a partir de sua diplomação;

VI — desde a diplomação aceitar cargo, função ou emprego remunerado nas entidades referidas nos incisos IV e V, ressalvada a admissão por curso público;

VII — desde a posse, ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município;

VIII — exercer outro cargo eletivo, seja federal estadual ou municipal, a partir da posse;

IX — patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se referem os incisos IV e V, também desde a posse.

§ 1.º — O processo de cassação de mandato de vereador obedecerá os preceitos da Lei Federal.

§ 2.º — O Presidente poderá afastar de suas funções o vereador acusado, desde que a denúncia seja recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara, convocando o respectivo suplente, até o julgamento final. O suplente convocado não intervirá nem votará nos atos do processo do substituído.

Art. 57 — Não perde o mandato o vereador que se licenciar para exercer função de Ministro de Estado, Interventor Federal em Estado, Território ou Município, Secretário de Estado, Procurador da Justiça, Consultor Geral do Estado, Chefias da Casa Civil ou Militar, Diretores Gerais de Departamentos Técnicos Estaduais ou cargo de provimento em comissão de maior nível hierárquico nos órgãos principais da Prefeitura.

Art. 58 — No ato da posse e ao término do mandato, o vereador deverá fazer declaração de bens, a qual será transcrita em livro próprio.

#### SEÇÃO 4.a

##### Das Atribuições da Câmara

Art. 59 — Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente:

I — legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

II — votar o orçamento anual e plurianual de investimentos bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

III — deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;



- IV — autorizar a concessão de auxílios e subvenções;
- V — autorizar a concessão de serviços públicos;
- VI — autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;
- VIII — autorizar a alienação de bens patrimoniais;
- IX — autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;
- X — criar, alterar, e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara;
- XI — aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- XII — autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;
- XIII — delimitar o perímetro urbano;
- XIV — autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Art. 60 — A Câmara compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

- I — eleger sua Mesa, bem como destituí-la, na forma regimental;
  - II — elaborar o regimento interno;
  - III — organizar os seus serviços administrativos;
  - IV — dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito quando eleitos, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;
  - V — conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;
  - VI — autorizar o Prefeito, por necessidade do serviço, a ausentar-se do Município por mais de 30 (trinta) dias ou do País por qualquer tempo;
  - VII — fixar os subsídios e a verba de representação do Prefeito;
  - VIII — fixar os subsídios e a verba de representação do Vice-Prefeito, quando for o caso;
  - IX — fixar os subsídios dos vereadores quando for o caso;
  - X — criar comissões de inquérito, sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço de seus membros;
  - XI — solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;
  - XII — convocar os responsáveis por chefias de órgãos do Executivo para prestar informações sobre matéria de sua competência;
  - XIII — deliberar, mediante resolução, sobre assuntos da sua economia interna e nos demais casos de sua competência privativa por meio de decreto legislativo;
  - XIV — conceder título de cidadão honorário, qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços ao Município;
  - XV — julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;
  - XVI — tomar e julgar as contas do Prefeito e da Mesa, no prazo de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do órgão competente do Estado, observados os seguintes preceitos:
    - a) — o parecer somente poderá ser rejeitado por decisão de dois terços dos membros da Câmara;
    - b) — decorrido o prazo de sessenta dias sem deliberação, as contas serão consideradas, aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do órgão competente estadual;
    - c) — rejeitadas as contas, por infração do Decreto-Lei n.º 201, serão imediatamente remetidas ao Ministério Público para os devidos fins;
  - XVII — deliberar sobre vetos.
- Art. 61 — Compete ainda à Câmara manifestar-se nos casos de transferência da sede do Município, alteração do seu nome ou do distrito e anexação a outro.

#### SEÇÃO 5.a

##### Do Processo Legislativo

Art. 62 — O Prefeito poderá enviar à Câmara projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim o solicitar, deverão ser apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do recebimento.

§ 1.º — A fixação de prazo deverá ser sempre expressa e poderá ser feita depois da remessa do projeto, em qualquer fase de seu andamento, considerando-se a data do recebimento desse pedido como seu termo inicial.

§ 2.º — Esgotado o prazo sem deliberação, serão os projetos considerados aprovados devendo o Presidente da Câmara comunicar o fato ao Prefeito em quarenta e oito horas, sob pena de destituição.

§ 3.º — O prazo previsto neste artigo aplica-se também aos projetos de lei para os quais se exija aprovação por quorum qualificado.

§ 4.º — O prazo fixado neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 5.º — O disposto neste artigo não é aplicável à tramitação dos projetos de codificação.

Art. 63 — A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer vereador, à Mesa, às Comissões da Câmara e ao Prefeito.

§ 1.º — É da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que:

- 1 — disponham sobre matéria financeira;
- 2 — criem cargos, funções ou empregos públicos, e aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores;
- 3 — importem em aumento da despesa ou diminuição da receita;
- 4 — disciplinem o regime jurídico de seus servidores.

§ 2.º — É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa dos projetos de lei que:

- 1 — autorizem a abertura de créditos suplementares ou especiais através de anulação parcial ou total de dotação orçamentária da Câmara;
- 2 — criem, alterem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos.

§ 3.º — Nos projetos oriundos da competência exclusiva do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista nem que alterem a criação de cargos.

§ 4.º — Nos projetos da competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, salvo no caso do item 2 § 2.º, quando assinadas pela metade, no mínimo, dos membros da Câmara.

Art. 64 — O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as comissões, será tido como rejeitado.

Art. 65 — A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir motivo de novo projeto, no mesmo período legislativo, me-

diantes da proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito.

Art. 66 — Aprovado o projeto de lei na forma regimental, o Presidente da Câmara no prazo de dez dias úteis, o enviará ao Prefeito, que, concordando, o sancionará e o promulgará.

§ 1.º — Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal ou contrário a interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze (15) dias úteis, contados daquele em que o receber e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara os motivos do veto. O veto, obrigatoriamente justificado, poderá ser total ou parcial, devendo, neste último caso abranger o texto do artigo, parágrafo, inciso, item ou alínea.

§ 2.º — Decorrido o prazo, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 3.º — Comunicado o veto ao Presidente, este convocará a Câmara para apreciá-lo dentro de trinta dias contados do seu recebimento, em uma só discussão, considerado-se mantido o veto que não obtiver o voto contrário de dois terços dos membros da Câmara, em votação pública. Se o veto não for apreciado neste prazo considerará-se mantido pela Câmara.

§ 4.º — O veto total ou parcial ao projeto de lei orçamentária deverá ser apreciado dentro de dez dias.

§ 5.º — Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 2.º e 3.º deste artigo, o Presidente da Câmara o promulgará e, se este não fizer em igual prazo, far-lo-á o Vice-Presidente.

§ 6.º — O prazo previsto no § 3.º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

Art. 67 — Respeitada sua competência, quando à iniciativa, a Câmara deverá apreciar:

I — em noventa dias os projetos de lei que contem com a assinatura de pelo menos um quarto de seus membros;

II — em quarenta e cinco dias os projetos de lei que contem com a assinatura de pelo menos um terço de seus membros, de seu autor considerar urgente a medida.

§ 1.º — A faculdade instituída no inciso II só poderá ser utilizada três vezes pelo mesmo vereador, em cada reunião legislativa.

§ 2.º — Esgotados os prazos previstos neste artigo, sem deliberação da Câmara, serão os projetos considerados aprovados.

Art. 68 — Os projetos de lei com prazo de aprovação deverão constar obrigatoriamente da Ordem do Dia, independentemente de parecer das comissões, para discussão e votação, pelo menos nas três últimas sessões antes do término do prazo.

### CAPÍTULO III Do Executivo

#### SEÇÃO 1.a Do Prefeito

##### SUBSEÇÃO 1.a Da Posse

Art. 69 — O Prefeito Municipal tomará posse em sessão solene da Câmara Municipal, ou, se esta não estiver reunida, perante a autoridade judiciária competente.

§ 1.º — O Prefeito prestará o seguinte compromisso:

“Prometo defender e cumprir a Constituição Federal e a Constituição do Estado observar as leis, promover o bem geral do Município desempenhar com lealdade e patriotismo as funções do meu cargo”.

§ 2.º — Decorridos quinze (15) dias da data fixada para a posse e o Prefeito não tiver assumido o cargo, este será considerado vago, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pela Câmara.

§ 3.º — No ato da posse, o Prefeito deverá desincompatibilizar-se na forma da lei. Na mesma ocasião e ao término do mandato, fará declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio.

§ 4.º — Ao Vice-Prefeito aplica-se o disposto neste artigo.

##### Subseção 2.a

##### Da Substituição e da Sucessão

Art. 70 — Substitui o Prefeito, no caso de impedimento e sucedelhe, no de vaga o Vice-Prefeito.

§ 1.º — Na falta do Prefeito e do Vice-Prefeito, será chamado ao exercício da Prefeitura o Presidente da Câmara Municipal.

§ 2.º — Tratando-se de Prefeito nomeado, o seu substituto permanecerá no cargo até que o titular o reassuma ou seja nomeado outro.

§ 3.º — Nas substituições por prazo superior a trinta dias, o substituto do Prefeito fará jus ao subsídio do cargo, não podendo, porém, acumular, se for o caso, com os subsídios da vereança.

§ 4.º — Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito proceder-se-á a nova eleição na forma da lei, e os eleitos completarão o tempo restante do mandato. Se as vagas ocorrerem no último ano do mandato observar-se-á o disposto no parágrafo 1.º.

#### Subseção 3.a Da Licença

Art. 71 — O Prefeito deverá ter residência no Município.

§ 1.º — Sempre que tiver de ausentar-se do território do Município ou afastar-se do cargo, por mais de trinta dias, o Prefeito passará o exercício do cargo ao seu substituto legal.

§ 2.º — O Prefeito não poderá ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, por mais de trinta dias consecutivos, ou do País, por qualquer tempo, sem licença da Câmara, sob pena de incorrer na perda do mandato, decretada pela Câmara Municipal.

Art. 72 — O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber o subsídio, e a verba de representação quando:

I — impossibilitado do exercício do cargo por motivo de doença devidamente comprovada;

II — a serviço ou missão de representação do Município.

##### Subseção 4.a

##### Do Subsídio e da Verba de Representação

Art. 73 — O subsídio do Prefeito, que não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago a servidor municipal, no momento da fixação, será estabelecido pela Câmara até o término da legislatura para



vigorar na seguinte, podendo o decreto legislativo fixar quantias progressivas para cada ano de mandato.

§ 1.º — Caso o subsídio do Prefeito não tenha sido fixado pela Câmara, em tempo hábil, o mesmo será revisto no início da sessão legislativa seguinte.

§ 2.º — A verba de representação do Prefeito será fixada juntamente com o subsídio, e poderá ser revista anualmente pela Câmara e não excederá de dois terços do valor do subsídio.

§ 3.º — O disposto nesta subseção aplica-se também ao Prefeito nomeado.

Art. 74 — Enquanto durar o mandato, o Prefeito que for funcionário público, civil ou militar, ficará afastado do exercício do cargo, contando-se-lhe tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade e aposentadoria, podendo optar pelos vencimentos do cargo efetivo.

#### Subseção 5.a

##### Das Atribuições do Prefeito

Art. 75 — Compete ao Prefeito Municipal:

I — sancionar os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal, promulgá-los, se for o caso, providenciando a publicação;

II — vetar, no todo ou em parte, os projetos de Lei aprovados pela Câmara Municipal.

III — expedir decretos, portarias e outros atos administrativos.

IV — representar o Município em juízo e fora dele;

V — ordenar ou autorizar as despesas, na conformidade do Orçamento e dos créditos abertos legalmente;

VI — abrir créditos extraordinários nos casos de calamidade pública, ad-referendum da Câmara Municipal;

VII — firmar contratos e convênios, contrair empréstimos e realizar outras operações de crédito na forma da lei;

VIII — impor multas estipuladas nos contratos, bem como as que forem devidas ao Município e expedir ordens necessárias a sua cobrança;

IX — vender bens patrimoniais do Município, mediante autorização prévia da Câmara Municipal;

X — decretar desapropriações e instituir servidões administrativas;

XI — fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos e aqueles explorados pelo Município, de acordo com os critérios gerais estabelecidos em lei local ou em convênio;

XII — fazer aferir, pelos padrões legais, os pesos, medidas e balanças em uso nos estabelecimentos comerciais e similares, quando para isso o Município houver firmado convenio, na forma da Lei;

XIII — prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

XIV — convocar extraordinariamente a Câmara Municipal;

XV — dar publicidade, de modo regular, aos atos da administração, inclusive balancetes mensais e balanço anual;

XVI — apresentar anualmente à Câmara Municipal, no início do primeiro período das sessões ordinárias, relatórios sobre a situação do município, suas finanças e seus serviços, sugerindo as medidas que julgar convenientes;

XVII — enviar até o dia vinte (20) à Câmara Municipal o balancete relativo a receita e despesa do mês anterior para conhecimento;

XVIII — enviar à Câmara o projeto de lei do orçamento anual e prurial de investimentos;

XIX — encaminhar ao órgão competente do Estado:

a) — até trinta e um de março de cada ano a prestação de contas e o balanço geral do exercício findo, juntamente com a prestação de contas da Câmara Municipal;

b) — até trinta e um de janeiro de cada ano, o orçamento municipal em vigor no exercício;

XX — prestar à Câmara, dentro de trinta (30) dias úteis, a contar da data da solicitação, as informações pedidas;

XXI — entregar o numerário correspondente as dotações destinadas à Câmara de Vereadores no início de cada trimestre em quotas estabelecidas na programação financeira do Tesouro Municipal com participação percentual nunca inferior à estabelecida pelo Poder Executivo para os seus próprios órgãos.

XXII — resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;

XXIII — oficializar, obedecendo as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos;

XXIV — solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia de cumprimento de seus atos;

XXV — comparecer à Câmara Municipal, por sua própria iniciativa, para prestar esclarecimentos que julgar necessários sobre o andamento dos negócios municipais.

XXVI — permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros, respeitado o disposto na legislação pertinente;

XXVII — promover a transcrição no Registro de Imóveis das áreas doadas ao Município em processo de loteamento;

XXVIII — dar denominação a próprios, vias e logradouros públicos;

XXIX — decretar a prisão administrativa do servidor da Prefeitura omisso ou remisso na prestação de contas dos dinheiros públicos sujeitos à sua guarda;

XXX — superintender a arrecadação dos tributos, preços e outras rendas, bem como a guarda e aplicação da receita autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XXXI — praticar quaisquer atos de interesse do Município que não estejam reservados explicita ou implicitamente, à competência da Câmara;

XXXII — dispor sobre a estruturação e organização dos serviços municipais observadas as normas legais pertinentes.

Art. 76 — O Prefeito poderá delegar por decreto, a seus auxiliares, funções administrativas que não sejam de sua exclusiva competência, sendo, porém, indelegáveis;

I — as atribuições a que se referem os itens I, II, III; VI; X; XIII; XIV; XVI; XVII; XIX; XX; XXIV; XXV; XXIX; XXX e XXXII do artigo anterior.

II — a prática de qualquer ato cuja formalização deva ser feita por meio de decreto, nos termos do item I do Art. 101, desta Lei, letras "a" a "l", inclusive.

#### Subseção 6.a

##### Da Extinção e Cassação do Mandato

Art. 77 — A extinção ou a cassação do mandato do Prefeito e Vice-Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito ou de seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos na legislação federal.

#### SEÇÃO 2.a

##### Da Administração Municipal

##### Subseção 1.a

##### Dos Servidores Municipais

Art. 78 — Os Municípios observarão no regime jurídico dos seus servidores os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual e nesta Lei.

§ 1.º — Lei Municipal disporá sobre os estatutos dos seus funcionários.

§ 2.º — Na inexistência de estatuto municipal aplicar-se-ão, no que não colidirem com leis municipais, os dispositivos dos Estatutos dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

Art. 79 — A criação e extinção dos cargos da Câmara bem como a fixação e alteração de seus vencimentos dependerão de projeto de lei de iniciativa da Mesa.

Art. 80 — Os cargos públicos municipais serão acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer.

§ 1.º — A nomeação para cargo público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei.

§ 2.º — Os cargos em comissão, assim declarados em lei, de livre nomeação e exoneração, podem ser preenchidos independentemente de concurso.

Art. 81 — Não se admitirá vinculação ou equiparação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do serviço público municipal.

Art. 82 — É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto os casos previstos em lei.

Art. 83 — São estáveis após dois anos de exercício os funcionários nomeados por concurso.

Art. 84 — O funcionário municipal estável somente será demitido em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo em que lhe tenha sido assegurada ampla defesa.

Art. 85 — O funcionário terá direito a férias anuais, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Art. 86 — A gestante terá direito a três meses de licença, com vencimentos integrais.

Art. 87 — Ao funcionário que, durante o período de dez anos consecutivos, não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito de licença especial por seis meses por decênio, com vencimentos integrais.

Art. 88 — É assegurado o salário-família, na forma que a lei municipal estabelecer.

Art. 89 — O funcionário municipal será aposentado:

I — por invalidez;

II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

III — voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

Parágrafo único — No caso do item III, o prazo é reduzido a trinta anos para mulheres.

Art. 90 — Os proventos da aposentadoria dos funcionários municipais serão:

I — integrais, quando o funcionário:

a) — contar trinta e cinco anos de serviço, se de sexo masculino e trinta anos de serviço, se de sexo feminino;

b) — invalidar-se por acidente ocorrido em serviço, por moléstia profissional incurável, devidamente especificada em lei municipal.

II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço, salvo o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Parágrafo único — Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade, e na mesma proporção destes.

Art. 91 — O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Parágrafo único — O tempo de serviço prestado ao Município computar-se-á também para os demais efeitos legais.

Art. 92 — Os Municípios estabelecerão por lei ou convenio o regime previdenciário de seus servidores não sujeitos à legislação trabalhista.

Art. 93 — Enquanto durar o mandato eletivo remunerado o funcionário público municipal ficará afastado do exercício do cargo, e só por antiguidade poderá ser promovido, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para essa promoção e para a aposentadoria, ressalvadas as exceções desta Lei.

§ 1.º — Se o mandato for de Prefeito, o funcionário será licenciado com opção de vencimentos e sem prejuízo dos demais direitos.

§ 2.º — O funcionário público que se candidatar a cargo de vereador, será afastado de suas funções na forma e prazos previstos na legislação federal.

§ 3.º — O servidor municipal eleito Vice-Prefeito, somente será obrigado a afastar-se de seu cargo ou função, quando substituir o Prefeito, podendo optar pelos vencimentos sem prejuízo da verba de representação.

Art. 94 — Aplica-se a legislação trabalhista aos servidores admitidos temporariamente para obras, ou contratos para funções de natureza técnica especializada.

Art. 95 — O Município será responsável pelos danos que seus servidores, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Parágrafo único — Caberá ação regressiva do Município contra o servidor quando ocorrer culpa ou dolo.

Art. 96 — As leis que versarem sobre a criação de cargos nos quadros de funcionários da Câmara Municipal serão votados em dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito horas, e somente serão aprovados se obtiverem o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único — Somente mediante a assinatura da metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal, serão admitidas as emendas que, de qualquer forma, aumentem a despesa ou o número de cargos previstos.



Art. 97 — É vedada a participação dos servidores públicos municipais no produto da arrecadação dos tributos e multas, inclusive da dívida ativa.

#### Subseção 2.a Do Planejamento Municipal

Art. 98 — O Município deverá organizar a sua administração e exercer as suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo às peculiaridades locais e aos princípios técnicos convenientes ao desenvolvimento integrado da comunidade.

Parágrafo único — Considera-se processo de planejamento a definição de objetivos, determinados em função da realidade local, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e a avaliação dos resultados obtidos.

Art. 99 — A administração municipal poderá ser auxiliada pelo Estado, através de suas Secretarias e demais órgãos, quando necessitar e solicitar assistência técnica.

Parágrafo único — Quando a assistência for prestada o Município concorrerá com as despesas, na forma que se convencionar.

#### Subseção 3.a Dos Atos Municipais

Art. 100 — A publicação das leis e atos municipais, salvo onde houver imprensa oficial, será feita preferencialmente em órgão da imprensa local ou regional e afixação na sede da Prefeitura.

Art. 101 — A formalização dos atos administrativos de competência do prefeito far-se-á:

- I — mediante decreto, numerado em ordem cronológica, quando se tratar de:
    - a) — regulamentação de lei;
    - b) — provimento e vacância de cargos públicos;
    - c) — criação ou extinção de função gratificada, quando autorizada em lei;
    - d) — extinção de cargos;
    - e) — abertura de créditos suplementares e especiais autorizados em lei, assim como a de créditos extraordinários;
    - f) — declaração de utilidade pública ou de interesse social, para efeito de desapropriação ou de servidão administrativa;
    - g) — criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizado em lei;
    - h) — definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, quando não previstas em lei;
    - i) — aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
    - j) — fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços permitidos, concedidos ou autorizados;
    - k) — permissão para a exploração dos serviços públicos e a permissão para uso de bens municipais;
    - l) — aprovação dos planos de trabalho dos órgãos de administração direta;
    - m) — lotação e relocação nos quadros de pessoal;
    - n) — estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativas de lei;
  - II — mediante portaria, quando se trata de:
    - a) criação de comissões e designação de seus membros;
    - b) — autorização para contratação e dispensa de servidores sob o regime da legislação trabalhista;
    - c) — instituição e extinção de grupos de trabalho;
    - d) — abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades;
    - e) — outros atos que, por sua natureza e finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.
- Parágrafo único — Poderão ser delegados os atos constantes do item II deste artigo.

#### Subseção 4.a Das Certidões

Art. 102 — A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer, a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

Parágrafo único — A certidão relativa ao exercício de cargo de Prefeito será fornecida pelo Presidente da Câmara.

#### Subseção 5.o Do Registro

Art. 103 — Os Municípios terão os livros que forem necessários aos seus serviços, e, obrigatoriamente, os de:

- I — termo de compromisso e posse;
- II — declaração de bens;
- III — atas das sessões da Câmara;
- IV — registros de leis, decretos, resoluções, regulamentos, instruções e portarias;
- V — cópia de correspondência oficial;
- VI — protocolo, índice de papeis e livros arquivados;
- VII — licitações e contratos para obras e serviços;
- VIII — contratos de servidores;
- IX — contratos em geral;
- X — contabilidade e finanças;
- XI — concessões e permissões de bens imóveis e de serviços;
- XII — tombamento de bens imóveis;
- XIII — registro de loteamentos aprovados.

§ 1.o — Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2.o — Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticadas.

#### SEÇÃO 3.a

##### Dos Bens Municipais

Art. 104 — Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, diretos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Art. 105 — Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, repartida a competência da Câmara quanto aqueles utilizados em seus serviços.

Art. 106 — A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I — quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) — doação, devendo constar obrigatoriamente do contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

b) — permuta

II — quando móveis, dependerá de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) — doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social, devidamente fundamentado.

b) — permuta;

III — as ações, serão vendidas em Bolsa, dependendo de autorização legislativa.

§ 1.o — O Município preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso mediante prévia autorização legislativa e concorrência. A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2.o — A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis, resultantes de obra pública, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificação de alinhamento poderão ser alienadas atendidas as mesmas formalidades.

Art. 107 — A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 108 — O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público exigir.

§ 1.o — A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominiais, dependerá de lei e concorrência, e far-se-á mediante contrato sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2.o — A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3.o — A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto.

§ 4.o — A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de sessenta dias.

Art. 109 — Poderão ser cedidos a particular, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, mediante reconhecimento de remuneração arbitrada, exceto os casos previstos em lei municipal.

#### SEÇÃO 4.a

##### Das Licitações

Art. 110 — As licitações realizadas pelos Municípios para compras, obras e serviços serão procedidas com estrita observância da legislação federal pertinente.

Art. 111 — São modalidades de licitação:

I — a concorrência;

II — a tomada de preços;

III — o convite.

§ 1.o — A concorrência é a modalidade de licitação a que deve recorrer a administração municipal nos casos de compras, obras ou serviços de vulto, em que se admite a participação de qualquer licitante através de convocação da maior amplitude.

§ 2.o — Nas concorrências, haverá, obrigatoriamente, uma fase inicial de habilitação preliminar destinada a comprovar a plena qualificação dos interessados para realização do fornecimento ou execução das obras ou serviços programados.

§ 3.o — Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados previamente registrados, observada a necessária habilitação.

§ 4.o — Convite é a modalidade de licitação entre interessados no ramo pertinente ao objeto da licitação, em número mínimo de três, escolhidos pela unidade administrativa, registrados ou não, e convocados por escrito com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

Art. 112 — Na realização de licitações serão observados os seguintes limites:

I — Municípios com população inferior a 200.000 habitantes:

a) — para as aquisições de materiais e para a contratação de serviços, com ou sem fornecimento de material:

1 — Sem formalidades: até 5 (cinco) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

2 — Convite: até 25 (vinte e cinco) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

3 — Tomada de preços: até 2.500 (duas mil e quinhentas) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

4 — Concorrência: acima de 2.500 (duas mil e quinhentas) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

b) — para contratação de obras:

1 — Sem formalidades: até 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

2 — Convite: até 125 (cento e vinte e cinco) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

3 — Tomada de preços: até 3.750 (três mil, setecentos e cinquenta) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

4 — Concorrência: acima de 3.750 (três mil, setecentos e cinquenta) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País.

II — Municípios com população superior a 200.000 habitantes:



a) — para as aquisições de materiais e para a contratação de serviços, com ou sem fornecimento de material:

1 — Sem formalidades: até 5 (cinco) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

2 — Convite: até 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

3 — Tomada de preços: até 5.000 (cinco mil) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

4 — Concorrência: acima de 5.000 (cinco mil) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País.

b) — Para contratação de obras:

1 — Sem formalidades: até 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

2 — Convite: até 250 (duzentas e cinquenta) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

3 — Tomada de preços: até 7.500 (sete mil e quinhentas) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;

4 — Concorrência: acima de 7.500 (sete mil e quinhentas) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País.

§ 1.º — Deverão ser observados, nas licitações, os seguintes prazos mínimos para apresentação das propostas:

1 — concorrência: quinze dias;

2 — tomada de preços: oito dias;

3 — convite: três dias.

§ 2.º — Os prazos previstos nos números 1 e 2 do parágrafo anterior contar-se-ão da primeira publicação do Edital, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento até às dezoito horas. Se o vencimento ocorrer em sábado, domingo, feriado ou facultativo fica transferido para o primeiro dia útil.

§ 3.º — Aplicam-se às alienações de bens móveis os limites estabelecidos nesta Lei para as aquisições de materiais e contratação de serviços.

§ 4.º — Entre as modalidades de licitação para alienações inclui-se o leilão, que poderá ser utilizado independentemente do valor, observando-se o prazo mínimo de publicidade de quinze dias.

Art. 113 — A elaboração de projetos poderá ser objeto de concurso com estipulação de prêmios aos classificados, na forma estipulada no edital.

Art. 114 — A licitação só poderá ser dispensada nos casos previstos na legislação federal.

Art. 115 — A publicidade das licitações será assegurada:

I — no caso de concorrência, mediante publicação, em órgão oficial e na imprensa diária, no prazo previsto no número 1, § 1.º, do artigo 112, de notícia resumida e de sua abertura, com indicação de local em que os interessados poderão obter o edital e todas as informações necessárias;

II — nos casos de tomada de preços, mediante afixação de edital, no prazo previsto no número 2, § 1.º, do artigo 112, em local acessível aos interessados e comunicação às entidades de classe que os representam.

Parágrafo único — A Administração Municipal poderá utilizar outros meios de informação ao seu alcance para maior divulgação das licitações, com o objetivo de ampliar a área de competição.

Art. 116 — No edital indicar-se-á, com a antecedência prevista, pelo menos:

I — dia, hora e local;

II — quem receberá as propostas;

III — condições de apresentação de propostas e da participação na licitação;

IV — critério de julgamento das propostas;

V — descrição sucinta e precisa da licitação;

VI — local em que serão prestadas informações e fornecidas plantas, instruções, especificações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da licitação;

VII — prazo máximo para cumprimento do objeto da licitação;

VIII — natureza da garantia, quando exigida.

Art. 117 — Na habilitação, às licitações, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa:

I — à personalidade jurídica;

II — à capacidade técnica;

III — à idoneidade financeira.

Art. 118 — As licitações para obras ou serviços admitirão os seguintes regimes de execução:

I — empreitada por preço global;

II — empreitada por preço unitário;

III — administração contratada.

Art. 119 — Na fixação de critério para julgamento das licitações levar-se-ão em conta, no interesse do serviço público, as condições de qualidade, rendimento, preços, condições de pagamento, prazos e outras pertinentes, estabelecidas no edital.

Parágrafo único — Será obrigatória a justificação escrita da autoridade competente, sempre que não for escolhida a proposta de menor preço.

Art. 120 — As obrigações, decorrentes de licitação ultimada, constarão de:

I — contrato bilateral, obrigatório nos casos de concorrência e facultativo nos demais casos, a critério da autoridade administrativa;

II — outros documentos hábeis, tais como cartas-contratos, empenhos de despesas, autorização de compra e ordens de serviço.

§ 1.º — Será fornecida aos interessados, sempre que possível, a minuta do futuro contrato.

§ 2.º — Será facultado a qualquer participante da licitação o conhecimento dos termos do contrato celebrado.

Art. 121 — Será facultativa, a critério da autoridade competente, a exigência de prestação de garantia por parte dos licitantes, segundo as seguintes modalidades:

I — caução em dinheiro, em títulos da dívida pública ou fidejussória;

II — fiança bancária;

III — seguro-garantia.

Art. 122 — Os fornecedores ou executantes de obras ou serviços estarão sujeitos às penalidades em lei.

#### SEÇÃO 5.a

#### DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

##### Subseção 1.a

##### Do Orçamento Municipal

Art. 123 — O Município observará as normas da Constituição Federal e das leis federais sobre o exercício financeiro, a elaboração e a organização dos orçamentos públicos, assim anuais como plurianuais de investimento.

Art. 124 — A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e da receita.

§ 1.º — Não se incluem na proibição:

I — a autorização para abertura de créditos suplementares por antecipação da receita;

II — as disposições sobre a aplicação do saldo que houver.

§ 1.º — As despesas de capital obedecerão ainda a orçamentos plurianuais de investimento.

§ 2.º — São vedados, nas leis orçamentárias ou na sua execução:

a) — a transposição, sem prévia autorização legal, de recursos de uma dotação orçamentária para outra;

b) — a concessão de créditos ilimitados;

c) — a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

d) — a realização, por qualquer dos órgãos Executivo e Legislativo municipais, de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

§ 3.º — A abertura de crédito extraordinário somente será admitida em caso de necessidade imprevista, como calamidade pública e outras previstas em lei.

Art. 125 — O orçamento anual dividir-se-á em corrente e de capital, e compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenção ou transferências à conta do orçamento.

§ 1.º — A inclusão, no orçamento anual, da despesa e receita dos órgãos da administração indireta será feita em dotações globais e não lhes prejudicará a autonomia na gestão dos seus recursos, nos termos da legislação específica.

§ 2.º — A previsão da receita abrangerá todas as rendas e suprimentos de fundos, inclusive o produto de operações de crédito.

§ 3.º — Nenhum projeto, programa, obra ou despesa, cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução.

§ 4.º — Nenhum tributo terá sua arrecadação vinculada a determinado órgão, fundo ou despesa, exceto disposição constitucional em contrário. A lei poderá, todavia, instituir tributos cuja arrecadação constitua a receita do orçamento de capital vedada a sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 5.º — Os créditos especiais e extraordinários não poderão vigorar além do exercício financeiro em foram autorizados, salvo se o ato da autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, quando poderão vigorar até o término do exercício subsequente.

Art. 126 — As despesas de pessoal do Município não poderão exceder aos limites estabelecidos em lei complementar da Constituição Federal.

Art. 127 — É da competência do órgão Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

§ 1.º — Não será objeto de deliberação emenda de que decorra aumento da despesa global de cada órgão, projeto ou programa, ou as que visem a modificar o seu montante, natureza ou objetivo.

§ 2.º — Os projetos de lei referidos neste artigo somente sofrerão emendas nas comissões do Órgão Legislativo. Será final o pronunciamento das comissões sobre emendas, salvo se um terço, pelo menos, dos membros da Câmara Municipal solicitar ao Presidente a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões.

§ 3.º — Ao Órgão Executivo será facultado enviar mensagens enquanto estiver tramitando o projeto de orçamento, propondo a sua retificação, desde que não esteja concluída a votação da matéria a ser alterada.

Art. 128 — O Prefeito enviará o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal até três meses antes do início do exercício financeiro seguinte; se dentro de dois meses, a contar do recebimento, a Câmara Municipal não o devolver à sanção, será promulgado como lei.

Art. 129 — As operações de crédito por antecipação da receita autorizada no orçamento anual não poderão exceder à quarta parte da receita total estimada para o exercício financeiro, e serão obrigatoriamente liquidadas até 30 (trinta) dias após o encerramento deste.

Parágrafo único — A lei que autorizar operação de crédito, a ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo, as dotações a serem incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate durante o prazo para a sua liquidação.

#### Subseção 2.a

#### Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Art. 130 — A fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios será exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e controle interno do Executivo Municipal, instituídos por lei.

§ 1.º — O controle externo da Câmara Municipal será exercido com auxílio do órgão competente do Estado.

§ 2.º — O Prefeito prestará contas anuais da administração financeira geral do Município à Câmara de Vereadores, com parecer prévio do órgão competente do Estado.

§ 3.º — As contas do Prefeito e as da Câmara Municipal serão enviadas conjuntamente, ao órgão competente do Estado, até 31 de março do exercício seguinte.

§ 4.º — As contas relativas a subvenções, financiamentos, empréstimos e auxílios recebidos do Estado, ou por seu intermédio serão prestadas, em separado, diretamente ao órgão competente do Estado.

§ 5.º — A Mesa da Câmara enviará suas contas ao Prefeito, até 1.º de março do exercício seguinte, para os fins do disposto no § 3.º deste artigo.

§ 6.º — Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio, emitido pelo órgão competente do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente.

Art. 131 — As decisões da Câmara Municipal sobre as prestações de contas de sua Mesa e do Prefeito deverão ser publicadas no órgão oficial do Município.

#### SUBSEÇÃO 3.a

#### Da Receita Municipal

Art. 132 — Compete ao Município arrecadar:

I — os impostos previstos na Constituição Federal;



II — taxas pelo exercício regular do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos de sua atribuição, específicos e divisíveis e prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III — contribuição de melhoria dos proprietários de imóveis, valorizados pelas obras públicas que os beneficiarem.

Parágrafo único — A contribuição de melhoria arrecadada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 133 — O pagamento dos tributos sujeitos a lançamento prévio será obrigatoriamente comunicado ao contribuinte.

Art. 134 — O Município poderá criar, por lei, órgão colegiado para julgamento em segunda instância na esfera administrativa das questões fiscais municipais.

Parágrafo único — Os membros do colegiado de que fala este artigo não perceberão remuneração de espécie alguma, sendo seus serviços julgados relevantes.

#### SUBSEÇÃO 4.a

##### Da Despesa Municipal

Art. 135 — São despesas municipais as de custeio; transferências correntes; investimentos; inversões financeiras e as transferências de capital.

#### SEÇÃO 6.a

##### Da Administração das Subprefeituras

Art. 136 — Nos Distritos onde forem instaladas Subprefeituras, poderá haver um Administrador Distrital nomeado em comissão e com remuneração que for fixada em lei.

Art. 137 — São atribuições do Administrador Distrital:

I — executar e fazer executar, na parte que lhe couber, as leis, resoluções e demais atos emanados do governo municipal;

II — coordenar e fiscalizar os serviços públicos distritais, de acordo com o que for estabelecido em lei e nos regulamentos;

III — propor ao Prefeito a admissão e a despesa de pessoal para os serviços da Administração Distrital;

IV — prestar contas ao Prefeito, na forma e nos prazos estabelecidos em lei ou regulamentos, dos dinheiros cuja arrecadação lhe vier a ser atribuída, bem como dos recursos que lhe forem confiados para aplicação em obras ou serviços distritais;

V — prestar informações que lhes forem solicitadas pelo Prefeito, e através deste, as solicitadas pela Câmara;

VI — indicar ao Prefeito as providências necessárias à boa administração do Distrito.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Estâncias Hidrominerais

Art. 138 — A declaração de um município como estância hidromineral ou o seu cancelamento dependerá de aprovação dos órgãos técnicos competentes do Executivo Estadual e do voto favorável da maioria absoluta da Assembléia Legislativa.

Art. 139 — O cancelamento da declaração de um Município como estância hidromineral dependerá de lei e se fará quando ocorrerem motivos que o justifiquem.

Art. 140 — Os Prefeitos das estâncias hidrominerais serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação da Assembléia Legislativa.

Art. 141 — Os subsídios dos Prefeitos das estâncias hidrominerais serão fixados em lei estadual.

#### TÍTULO IV

##### Da Intervenção no Município

Art. 142 — O Estado intervirá no Município quando:

I — se verificar impontualidade no pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;

II — deixar de ser paga, por dois anos consecutivos, dívida fundada;

III — a administração municipal não prestar contas a que esteja obrigada na forma da lei;

IV — o Tribunal de Justiça do Estado der provimento a representação formulada pelo Procurador Geral do Estado para assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição do Estado, bem como para prover à execução de lei ou de ordem ou decisão judiciária, limitando-se o decreto do Governador a suspender o ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade;

V — forem praticados, na administração municipal, atos subversivos ou de corrupção;

VI — não tiver havido aplicação, no ensino fundamental, cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária municipal.

§ 1.º — A intervenção será decretada pelo Governador, de ofício ou mediante provocação de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal, ou do órgão estadual a que for atribuída a incumbência do controle externo da Câmara Municipal, e a sua execução dependerá de prévia aprovação da Assembléia Legislativa.

§ 2.º — O ato que decretar a intervenção lhe fixará a amplitude e duração.

§ 3.º — Aprovada a intervenção, o Governador nomeará o Interventor.

§ 4.º — Cessada a intervenção, ou cessados os motivos que a houverem determinado, tornarão ao exercício de seus cargos as autoridades municipais afastadas em consequência dela, sem prejuízo da eventual responsabilidade.

#### TÍTULO V

##### Das Disposições Gerais

Art. 143 — Os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal em virtude de sentença judiciária, far-se-á na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extraordinários abertos para esse fim.

Art. 144 — Não serão concedidos pelo Estado auxílios ou empréstimos a Municípios, sem prévia aprovação:

I — do respectivo plano de aplicação, pelo órgão estadual competente, no caso de auxílios;

II — do estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, por parte do órgão estadual competente para aprovar o projeto a que os mesmos se destinem, no caso de empréstimos.

Art. 145 — Os Municípios gozarão de redução de vinte por cento (20%) no pagamento das publicações que fizerem no órgão oficial do Estado.

Art. 146 — Na aplicação das rendas municipais destinadas aos serviços públicos, deverá-se atender às necessidades dos distritos, em proporção à receita que produzirem.

#### TÍTULO VI

##### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 147 — Enquanto não for criado o órgão auxiliar da fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios, o Tribunal de Contas do Estado auxiliará as Câmaras Municipais nesse encargo.

Art. 148 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente, a lei n.º 64 de 21 de fevereiro de 1948.

(aa) Armando Queiroz  
Borsari Netto  
Luiz Roberto Soares

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. Deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encontro-me nesta Casa, exercendo o meu mandato por quase 16 anos. E, durante todo este tempo, sempre se falou aqui da necessidade, da oportunidade desta casa preparar ou elaborar uma nova lei orgânica para os municípios, e esta ansiedade era fruto das solicitações constantes e aportadas de todos os prefeitos e porque não dizer também, de todos os senhores vereadores deste Estado. Porque na verdade, as chefias de Executivos, bem como os membros das câmaras, não dispunham de uma lei que pudesse orientá-los com maior clareza, que pudesse auxiliá-los com maior presteza. E, nesses 16 anos, sempre se falou nisso; sempre se comentou, mas nem um trabalho nesse sentido foi elaborado, Srs. Deputados; e muito menos pelo órgão do executivo. E hoje, se nós considerarmos que pela Emenda da Constitucional número 3, a Lei Orgânica é uma das leis complementares, torna-se evidente que o problema se torna mais premente. Daí porque nós, quando coloco o pronome no plural, quero me referir aos Srs. Deputados Borsari Neto e Luiz Roberto Soares e ainda este orador que está falando, resolvemos preparar um ante-projeto. E este ante-projeto tem como alicerce e tem como base, um trabalho preparado no ano passado, pelo DATM, quando tinha a chefia, o Dr. Wilson de Andrade. Este ante-projeto que nasceu naquele Departamento, foi às mãos do Executivo mas oficialmente não chegou a esta Casa. Tive oportunidade de receber um exemplar e recebendo entendi que valia a pena dedicar um pouco do nosso trabalho, para uma análise e para um estudo, para que enfim se pudesse apresentar ao exame desta Casa, um ante-projeto com estas características. E se assim foi pensado, verdade se afirma que se resolveu levar o problema adiante. Daí porque, tomei medidas no sentido de buscar subsídios no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Estado de São Paulo, na Bahia, em Minas Gerais, solicitando expediente no sentido de que nos fossem enviados leis similares e subsídios pertinentes a esta matéria. Aos Estados aos quais solicitamos, recebemos e agradecemos agora, a material. Feito isso, passou-se a um trabalho comparativo entre o trabalho original do DATM e o trabalho semelhante desses Estados.

E preciso que se afirma que foi um trabalho criterioso, estafante, de muita paciência. Mas hoje, tenho a grata satisfação, tenho mesmo enorme prazer e a grande honra, de encaminhar à Casa, este ante-projeto.

Espero que esta Casa o receba e que recebendo, dê-lhe a divulgação merecida, faça as publicações regimentais, dirija-se a todos os Srs. Prefeitos, dirija-se a todas as Câmaras de Vereadores, às Associações de todos os Municípios e a todo e qualquer outro órgão interessado, dirija-se, repito, no sentido de pedir mais subsídios, pedir quaisquer outros argumentos que possam inovar, que possam aperfeiçoar e melhorar o trabalho que está sendo hoje encaminhado.

A título de ilustração quero esclarecer que o projeto em referência compreende 148 artigos, todos eles distribuídos em seis títulos.

No título I, trata da Organização dos Municípios, sub-dividida esta matéria em quatro Capítulos. No Capítulo 1.º, cuida das disposições preliminares. No Capítulo 2.º, da Criação dos Municípios e dos Distritos. No Capítulo 3.º, da Instalação e, no Capítulo 4.º, da Extinção.

O título II, compreende matéria da competência dos Municípios.

O título III trata do Governo Municipal, sub-dividida a matéria também em quatro Capítulos. O 1.º trata dos Poderes Municipais, o 2.º, dos Legislativos Municipais.

Nas disposições preliminares referentes a este Título, cuida-se da Instalação e Funcionamento das Câmaras e também trata da situação dos Senhores Vereadores.

No Capítulo 3.º, cuida-se de problemas relacionados com o órgão Executivo. Fala do Prefeito, da sua substituição, da sua sucessão, das suas licenças, dos seus subsídios, das atribuições, da extinção e cassação de mandato.

Na Seção 2.a, trata da Administração Municipal, cuidando dos servidores municipais, do planejamento municipal e dos atos municipais. Cuida, também, das certidões e dos registros.

Já na seção 3.a, fala dos bens municipais e, na 4.a, das licitações. Na seção 5.a, problemas da administração financeira, desde o orçamento municipal, passando pela fiscalização financeira da receita e das despesas municipais.

Na seção 6.a, fala da Administração das Sub-Prefeituras.

O Capítulo 4.º, destina-se a atender os problemas das Estâncias hidrominerais.

O Título IV, da Intervenção do Município.

O Título V, Disposições Gerais e o VI, Disposições transitórias.

Acompanha o projeto, a seguinte justificativa:

Lendo):

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa. Estamos encaminhando à consideração da Casa, o presente projeto que visa instituir a nova "Lei Orgânica dos Municípios".

As sucessivas e constantes modificações de legislação pertinente, em especial aquela que se seguiu, a partir de 1964, tornaram o antigo diploma de



1948, totalmente inadequado e obsoleto. Flui daí a imperiosa necessidade de adequação e atualização, de forma, que possam os Municípios disporem de uma lei que melhor os oriente.

O trabalho se alicerça em documento elaborado pelo antigo DATM, comandado então, pelo Dr. Wilson de Andrade.

Foi analisado, comparado e confrontado paciente e meticulosamente em leis e subsídios similares dos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais, além de receber também um pouco da experiência dos subsídios.

O propósito é provocar a análise, o estudo, e a discussão para seu aperfeiçoamento.

Ao ensejo da apresentação requer-se que a tramitação se processe segundo os termos do artigo 189 e parágrafos do Regimento Interno, providenciando-se, de imediato, a sua publicação com remessa de exemplares a todos os Srs. Prefeitos e Câmaras de Vereadores, requer-se, ainda que desde já, se forme uma Comissão Especial para opinar.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972.

(aa) Armando Queiroz de Moraes

Borsari Neto

Luiz Roberto Soares

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Exmo. Sr. Deputado Armando Queiroz, por um dever de honestidade, quero ressaltar, neste momento, o trabalho decisivo de dois dos três Deputados que subscreveram o Projeto.

Quero me referir a V. Exa. que ocupa a Tribuna, neste instante e ao nobre Deputado Borsari Neto. Quero ressaltar, também que o presente Projeto de Lei, complementar à Constituição Estadual, ou seja, a Lei Orgânica dos Municípios, que ora inicia sua tramitação nesta Casa, teve como escopo fundamental tornar-se um instrumento pedagógico e instrumento hábil, para facilitar as administrações municipais, que, até então, não contavam, como ainda não contam, com um instrumento legal capaz de guiar os passos nesta tarefa difícil de administrar a coisa pública.

Nestas circunstâncias, só me resta congratular-me com os outros dois Deputados que subscreveram o Projeto e tiveram todo o cuidado de elaborar um trabalho hercúleo no sentido de conseguir maior racionalidade em seu texto.

E acredito que, neste Projeto de Lei que V. Exa. anuncia à Casa, neste momento, sem favor nenhum, está acima da melhor qualidade de todos os outros que tivemos a oportunidade de apreciar.

Este é o aparte que desejava oferecer a V. Exa.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Agradeço o aparte de V. Exa. e tenho a satisfação de responder a V. Exa.

Na verdade, a lei apresenta, ou melhor dizendo, o Projeto de Lei apresenta um alto sentido didático. É por isso que vamos encontrar inseridos, em seu bojo, tópicos de lei complementares, texto de Constituição, trechos de leis esparsas que tratam deste ou daquele assunto. E estamos resumindo tudo numa lei só. E temos a certeza que, no momento em que este Projeto se fizer lei, os Srs. Prefeitos e as Câmaras de Vereadores, irão dispor de um instrumento que facilitará sobremaneira todo e qualquer ato que possa ser praticado pelos Srs. Prefeitos e Câmaras Municipais.

É fundamental que se analise o trabalho que é de caráter pedagógico e de caráter didático, tem mesmo o cunho de ensino e é por isso que na sua elaboração temos que gastar muito tempo, muita paciência, para tornar o seu manuseio uma coisa simples, de fácil entendimento para Prefeitos, para Vereadores e, inclusive, para Deputados desta Casa.

O Sr. Francisco Borsari Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. está fazendo uma explanação concisa, mas muita precisa, ao projeto relativo à Lei Orgânica dos Municípios. Desejo, neste aparte, externar também a satisfação de termos tido a oportunidade de emprestar nossa modesta colaboração ao trabalho juntamente com V. Exa. e o nobre Deputado Luiz Roberto Soares.

Aproveito a oportunidade para reforçar a necessidade de recebermos colaboração para aprimorar esse dispositivo legal que, sem sombra de dúvida, será de grande valia para a vida dos municípios. Muito obrigado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Agradeço, sr. Deputado, a manifestação de V. Exa. Mas já na apresentação do trabalho eu dizia, por escrito, que o nosso propósito de levar esse estudo à consideração da Casa tinha e tem o caráter de provocar discussão, de receber subsídios, de receber emendas, de provocar debates, visando única e exclusivamente o seu aperfeiçoamento. Daí porque nosso requerimento está a solicitar de que uma vez a matéria publicada, se encaminhe aos Srs. Prefeitos o exemplar todo, a matéria por inteiro, para que os Prefeitos analisem, estudem e se tiverem alguma sugestão, se tiverem algum subsídio, que nos façam o favor de nos mandar, para complementarmos nosso estudo e o nosso trabalho.

A mesma coisa e o mesmo apelo é dirigido à Câmara de Vereadores, porque ninguém melhor do que um Vereador, ninguém melhor do que um Prefeito, para sentir e perceber aquilo que lhe está faltando aquilo que necessitam para melhor facilitar o seu trabalho, seja na chefia do Executivo Municipal, seja no exercício do mandato de Vereador.

Nobre Deputado, nós queremos repisar que aqui usamos subsídios do próprio DATM, subsídios da Santa Catarina, de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia e algumas outras leis avulsas foram consultadas. Mas tudo isso não basta. É preciso, é absolutamente necessário, que a matéria seja estudada a fundo, seja esmiuçada e que emendas visando corrigir este ou aquele setor sejam apresentadas, para que possamos fazer uma revisão total e apresentar uma lei à altura de nossos Municípios.

Concluindo aquilo que eu estava lendo ao encerrar a apresentação: "requer-se que a tramitação do processo, segundo o termos do artigo 189, e parágrafos do Regimento Interno, providenciando-se de imediato sua publicação, com remessa de exemplares a todos os Srs. Prefeitos e Câmaras de Vereadores.

Requer-se ainda que desde já se forme uma Comissão para opinar.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1972.

"Traz a assinaturas dos Srs. Deputados Armando Queiroz de Moraes, Borsari Neto e Luiz Roberto Soares".

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Armando Queiroz, de há muito esta Lei Orgânica dos Municípios era esperada por toda a classe política do Paraná.

Quero, nesta oportunidade, congratular-me com V. Exa. e de resto com os Srs. Deputados Borsari Neto e Luiz Roberto Soares, os quais integram essa Comissão responsável pela elaboração da Lei Orgânica dos Municípios.

Quando indicamos essa Comissão para proceder o levantamento e os estudos a fim de que o Paraná tivesse sua Lei Orgânica dos Municípios, tínhamos certeza de que o nosso Estado teria, realmente, uma lei completa, uma lei que pudesse atingir todos os seus objetivos porque conhecíamos, de perto, a formação política e o respeito que dedicam a este problema esses três Deputados que integram essa Comissão.

Esta é a razão porque quero, em nome da Assembléia Legislativa, congratular-me com a Comissão e fazer um adendo, se o Deputado Armando Queiroz, me permitir. Dada a importância desta Lei, dada a pressa e a importância que o Paraná tem, acho interessante que se oficie, medida que, em muito boa hora, foi lembrada pela Comissão, a todos os Prefeitos e Câmaras de Vereadores encaminhando a todos eles exemplar desta Lei para que a analisem, critiquem e ofereçam subsídios, mas, o meu adendo é no sentido de que seja estipulado um prazo para que se manifestem a fim de que possamos ter dentro do menor prazo de tempo possível, esta nova lei que é muito reclamada pelo Paraná.

Se faço este adendo é para evitar que os exemplares que forem remetidos aos Prefeitos e Câmaras de Vereador fiquem dormindo nas gavetas e que não aleguem, mais tarde, que não tiveram conhecimento.

Congratulo-me com V. Exa. e com os dois Deputados integrantes da Comissão, Borsari Neto e Luiz Roberto Soares.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Agradeço as manifestações de V. Exa. não só por partir de um Deputado que já passou pela Prefeitura de Irati, como seu titular; por partir de um Deputado que está nesta Casa completando seu quarto mandato; e ainda por exercer, neste momento e ocasião, a liderança da ARENA e do Governo.

Quero esclarecer a V. Exa. que, na pequena justificativa que acompanha o anteprojeto, está sendo solicitada à Comissão Executiva e ao Presidente da Casa que faça prevalecer tudo aquilo que se encontra no art. 189 e parágrafos do Regimento Interno. Por esse artigo e seus parágrafos se delimita não só a tramitação da matéria, como também se definem os prazos. Segundo o Regimento Interno serão dois os meses em que a matéria ficará parada na Casa, ficará na mão da Comissão Executiva ou Comissão Especial, aguardando a remessa de sugestões, de subsídios e de todo e qualquer material pertinente o assunto.

Quero crer que por se tratar de matéria de alto interesse, de extraordinária importância para a vida dos Municípios.

Nós iremos contar, com certeza, com o apoio e a colaboração total da Assembléia.

O Sr. Muggiatti Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Armando Queiroz, nós solicitamos o aparte de V. Exa., para através desse meio nos congratularmos com V. Exa., por trazer a esta Casa, nesta Sessão, um Anteprojeto da envergadura daquele a que V. Exa. está se referindo.

Realmente, todos nós reputamos da melhor precedência este Anteprojeto que V. Exa. é os demais membros da Comissão, como é natural, devem ter dado toda a sua proficiência nesta elaboração. Portanto acredito que ao vir à deliberação da Casa este Anteprojeto, não só virá ele, uma vez concretizado em Lei, fazer com que desapareça uma das mais graves lacunas que existem realmente na legislação estadual, como também virá dotar o Estado, nas suas tradições legislativas, de um documento que por certo enobrecerá esta Casa e a tornará alvo do respeito que realmente lhe deve ser tributado por parte da comunidade paranaense.

Recebemos portanto, e desejamos externar e registrar essa nossa impressão, sob os melhores auspícios, o pronunciamento de V. Exa. Vou reputá-lo realmente, de um acontecimento de grande importância para a vida legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Deputado Muggiatti Filho, nós ao fazermos a apresentação deste trabalho fomos bem claros, para enfatizar que todo ele se alicerça num trabalho antigamente elaborado pelo DATM, e que não foi aproveitado pelo Executivo, que deveria encaminhá-lo a esta Casa.

De posse desse documento, repito, tive a iniciativa de comunicar-me, praticamente, com todos os Estados do Brasil — todos — solicitando leis similares, matéria pertinente para que, num estudo de conjunto, pudessemos apresentar um trabalho que refletisse a média da opinião dos Estados.

A bem da verdade, esclareço que recebemos material de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, e que alguns outros Estados nos responderam — como o caso especial do Rio Grande do Sul — responderam que não tinham essa Lei, no Estado.

Pois bem; nós cotejamos isto, tendo sempre como roteiro de trabalho, aquele do DATM, cotejamos todos com um critério honesto de trabalho; aqueles que pudemos aceitar como válidos para nós, nós incluímos — aqueles que achamos que não estavam bem na Lei, nós expungimos.

Aqui há um fato curioso que vale a pena ressaltar. Com exceção da de São Paulo, as demais leis foram votadas pelas respectivas Assembléias Legislativas. A de São Paulo se apresentava como um decreto do Executivo, aproveitando uma situação da Assembléia de São Paulo estar fechada, estar em recesso. Então, tudo isso foi analisado e foi pesado, razão pela qual se explica que no corpo desta lei se encontra muita coisa que não seja mais do que a repetição de textos de leis complementares do famoso decreto 201, do decreto 200, de textos de Constituições e outros que se encontram por aí esparramados, tudo que foi possível aproveitar e que pudesse ajudar aos Chefes do Executivo e Câmaras Municipais no sentido de facilitar o exercício dos respectivos cargos. Há muito pouca coisa aqui de criação porque praticamente todas estas leis trazem, esta ou aquela, dispositivos que nós gostaríamos de incluir, mas que não havia na do Paraná, então nós íamos encontrar em Santa Catarina, e se não havia em Santa Catarina íamos encontrar em S. Paulo. Daí porque é preciso que se ressalte, há muito pouca novidade nossa, baseada em nossa experiência mas há um trabalho comparativo e criterioso.

O Sr. Sebastião Rodrigues Jr. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Armando Queiroz, faço minhas as palavras do nobre Deputado Muggiatti Filho quanto à oportunidade da medida proposta por V. Exa. embora diga V. Exa. que o ante-projeto proposto a esta Casa tenha pouca novidade. O fato é que tais obras digo, tal obra tem que ser grande parte do mérito, creditado a V. Exa. Era lugar comum neste Estado a repetição da necessidade de uma Lei Orgânica para os Municípios. Todos, e há longo tempo, falavam nisto, encareciam a necessidade disto, pregavam a convergência de se providenciar o mais depressa possível a feitura de uma lei desta natureza. Entretanto, ninguém se atreveu a fazer este trabalho que calculo tenha sido exaustivo de estudar comparativamente e no mesmo sentido o que se procurou fazer em outros Estados. Para, resumindo os aspectos positivos dos Estatutos e das Leis apresenta-



das em outras unidades da Federação, reunindo estes aspectos positivos, criar o Estatuto dos Municípios Paranaenses, ou melhor, a Lei Orgânica dos Municípios de nosso Estado e foi por isso que V. Exa. assim procedesse para que esta Casa tenha agora, finalmente, condição de partir de uma proposta em concreto chegar aquilo que é uma necessidade, aquilo que é mesmo um sonho que todo Prefeito paranaense, de todo o homem que milita na vida pública de nosso Estado, a Lei Orgânica dos Municípios que ordene, padronize, que forneça normas que dê orientação para a condução do municipalismo no Estado paranaense. Faço juntamente com V. Exa., dada a importância da matéria, também um apelo à Mesa Executiva em nome da Bancada do MDB para que seja tratado o Projeto de V. Exa. e submetido à apreciação desta Casa, e estejamos certos de que, uma vez aprovado em seus melhores termos, nós sairemos desta Casa credores do respeito, do aplauso da admiração de todos aqueles que, em cada município deste Estado lutam: para aprimorarem e conseguirem o progresso de diversas unidades municipais que compõem o nosso Estado. Merece V. Exa. os aplausos da Bancada do MDB que, temos certeza, estaremos com o melhor dos propósitos debatendo com V. Exa., procurando dar também a nossa contribuição para ver finalmente aprovada a Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Paraná. Era o aparte.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Deputado, ao responder o aparte de V. Exa., quero ressaltar três tópicos distintos:

Primeiro, para reiterar aquilo que já havia dito, que o trabalho nasceu, cresceu, evoluiu e se concretizou, aos esforços conjuntos deste Deputado que está falando, do Sr. Deputado Borsari Neto, e do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

Segundo, considerando que a Lei que hoje vigora, ainda é de 1948, portanto superada, seja no tempo, seja em face desta enxurrada de Legislação que se seguiu de 1.964 para cá, e a verdade é que os Prefeitos e as Câmaras, não dispunham de um instrumento adequado ao tempo e adequado a esta nova legislação.

Terceiro, desses meus dez anos de mandato, talvez eu fosse solicitado centenas de vezes por Prefeitos e por Vereadores, perguntando como agir ou como fazer neste assunto naquele, de que forma requerer, de que forma se comportar. Prova evidente, de que a matéria era necessária, que os Prefeitos a queriam, e os Vereadores também. Daí porque, estaremos absolutamente tranquilos na apresentação do trabalho. Queremos sim, que todos participem com seus estudos, fazemos questão que todos apresentem subsídios e sugestões para, fundindo tudo isso e mais o Ante-Projeto se possa alcançar um instrumento que sirva realmente aos interesses dos Srs. Prefeitos e dos Srs. Vereadores. Muito Obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda à Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. — **Apoiada.**

Emenda ao Projeto de Lei n. 83-72, de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente. Pergunto a V. Exa. se está sendo votada a Emenda de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE — Exato a Emenda de autoria do Sr. Nelson Buffara ao Projeto de Lei n. 83-72. (Pausa). **Negado apoioamento.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Wilson Fortes, constante do Expediente, necessita de apoioamento. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Armando Queiroz, Borsari Neto e Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, necessita de apoioamento. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 15-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. — Ex-Proposição n. 104-72 aprova termo de acordo n. 21-71, celebrado em 13-10-71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a dinamizar o Fundo de Água e Esgoto — FAE do Estado do Paraná. — **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 132-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo constituir a "Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná" (CINTEAPA), com o objetivo de projetar, melhorar e conservar estradas situadas no âmbito Municipal identificadas como Alimentadoras do Sistema Rodoviário Estadual e Federal. — **Parecer da C.C.J. pela Rejeição. — Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 139-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio através do D.E.R., com o Executivo Municipal de Cruzeiro D'Oeste, para pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede desta à Rodovia Maringá-Umuarama (PR-86). — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 148-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo delegar poderes à "FUNDEPAR", para firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de São Jorge objetivando a construção de um prédio Escolar para o "Grupo Escolar Copacabana do Norte". — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 149-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que dá nova redação ao art. 356, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970. (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 83-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que dispõe sobre anistia fiscal aos contribuintes do I.C.M., como específica. — **Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — Em discussão.**

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — (Para discutir). Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Aproveito a oportunidade em que se coloca em discussão o Projeto de

autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, concedendo anistia fiscal, e se o faço, é a fim de consignar o meu ponto de vista e o meu voto para que conste dos Anais desta Casa, à emenda apresentada a este projeto 83-72, pelo nobre Deputado Nelson Buffara. Entendo o nobre Deputado, entendimento que eu também tenha desta matéria, de que a redação na forma em que está, obriga aqueles que se encontram em atraso, ao recolhimento integral, não parcelado, num prazo de 60 dias, de seus débitos.

Ora, objetivava o Deputado Nelson Buffara obter desta Casa, a aprovação de uma emenda que permitisse o recolhimento parcelado desses débitos, em atraso; débitos que já serão saldados sem correção monetária, sem juros, pelo que posso entender da proposição aprovada e de autoria do Deputado Francisco Escorsin. Objetivava o Deputado Nelson Buffara, a aprovação para recolhimento desses débitos parcelados. Se me manifesto favorável à essa proposição, do Deputado Nelson Buffara, é porque tenho observado que vem sendo praxe, os órgãos arrecadadores, não só deste Estado mas também da União, inclusive o Instituto Nacional de Previdência Social proceder esse recebimento também como nós, permitindo o recolhimento parcelado. Acredito mesmo que a proposta do Deputado Escorsin não surtiria todos os efeitos que deveria surtir, justamente por esta exigência do pagamento pronto, integral, no prazo de apenas 60 dias. É evidente que se alguém deixou os seus impostos atrasados, ao ponto de correr o risco de pagamento com correção monetária e uns acréscimos mais, é porque se encontrava em dificuldades, para efetuar a esses pagamentos. Ora, se não pagou naquela oportunidade também é possível que na maioria dos casos ainda se encontre em dificuldades para fazê-lo. Seria medida de inteligência, da maior amplitude, a proposição que o Deputado Francisco Escorsin e ao mesmo tempo que se vota o recolhimento de imposto atrasado, com isenção de correção monetária e de outros ônus, que sobre ele recaem, também que se pleiteasse o recolhimento parcelado desse débito. Tenho a certeza de que o Estado seria beneficiado porque viria correr para os seus cofres a um curto espaço de tempo, uma série de importâncias que lhe são devidas e que lamentavelmente não basta o Projeto do Deputado Francisco Escorsin, para refletir na regularização de tão importante matéria.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Sebastião Rodrigues, gostaríamos tão somente de incluir na justificativa brilhante de V. Exa., na qualidade de Líder de nossa Bancada, um esclarecimento que seria o seguinte: o próprio Estado, no recolhimento do ICM consegue os parcelamentos. E nós temos constatado que através recolhimento sujeito à responsabilidade pelo Estado, com multa, são recolhidos pelos contribuintes parceladamente, através de ajuste escrito, feito com a Secretaria da Fazenda.

De modo que a proposição do nobre Deputado Nelson Buffara, vem, eu acredito, para falar mais tecnicamente, tornar declaratório o que diz no artigo 1.º, que pode ser atendido até implicitamente.

Está explicitando melhor o artigo 1.º do Projeto do nobre Deputado Francisco Escorsin e não vemos, em absoluto, qualquer contradição com relação a Emenda do Deputado Nelson Buffara. Acredito, nestas condições, que o assunto não foi devidamente esclarecido por não merecer apoioamento da Casa. V. Exa. está dissertando muito bem sobre a matéria e não quero absolutamente, interromper o discurso de V. Exa., mas apenas trazer esta colaboração modesta, que é fruto exclusivo de uma observação.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Agradeço o aparte de V. Exa. que tem, ao contrário do que V. Exa. sugere, alto valor elucidativo e cumpre perfeitamente o que gostaríamos de transmitir também à Casa.

Acredito que o § 1.º, do artigo 1.º, do projeto 83-72, do nobre Deputado Francisco Escorsin, vai colidir frontalmente com aquilo que ele pretende. Colide até mesmo como V. Exa. ressaltou, com as normas que o Estado utiliza para a cobrança dos recolhimentos que lhe são devidos.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pretendia encaminhar a discussão no instante em que V. Exa. o fez. De certa forma contristado e magoado, entendo que foi uma indelicadeza, data vênica, o julgamento dos Srs. Deputados que compõem a ARENA desta Casa, uma indelicadeza o não apoioamento. Entendo eu, respeitando a opinião dos Deputados da ARENA, liderados pelo brilhante Deputado João Mansur, que poderiam apoiar, discutir a Emenda e, se fosse o caso, rejeitá-la, como ela já está rejeitada. É matéria vencida, uma vez que não foi apoiada e não podemos nem discuti-la. Se apresentei esta Emenda foi porque tenho conhecimento, como todos os Deputados que compõem a ARENA, que mais de 50% das firmas com débito ao Estado do Paraná, não têm condições de cumprir-se ao que diz o artigo 1.º do Projeto de autoria do Deputado Francisco Escorsin. Firms que devem 600, 700 até um bilhão de cruzeiros, se devem é porque não tiveram condições de pagar. Ninguém quer dever e quem deve é porque não teve condições de pagar. Argumentam os Deputados da ARENA que quem não pagou e poderia merecer este parcelamento teria uma vantagem em detrimento dos que pagaram suas parcelas nas ocasiões oportunas de seus vencimentos legais. É insofismável, que não paga é porque não teve condições. Suas empresas seus negócios não caminharam bem, à revelia dos Diretores, dos titulares. Esta Emenda tem um sentido humano e, ao Estado que quer receber, não interessa saber se é em dez parcelas, ou em uma só, ou em duas, que seriam em 60 dias. O Estado quer receber mas tem que dar condições ao contribuinte para pagar. Ou o Estado quer executar, quer tomar uma propriedade do contribuinte? Acho que foi uma indelicadeza da ARENA, não apoiando a Emenda. Poderia apoiar, discutir, trocando minúcias, esclarecimentos melhores, eu da Tribuna e os Deputados de suas cadeiras, e talvez eu até aceitasse a rejeição da Emenda. Acredito que foi intempestiva a atitude da ARENA não apoiando a Emenda que apresentei com profundo sentido humano e prático. Inclusive dando condições ao Estado, dando um meio termo para que este Projeto do Deputado Francisco Escorsin fosse viável e tramitasse com mais senso de humanismo.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Jr., longe de nós, os Deputados que integram a Bancada da ARENA, cometermos uma indelicadeza com o nobre Deputado Nelson Buffara, um dos Deputados que mais prezamos aqui nesta Casa. Realmente a Emenda, segundo orientação, seria rejeitada tanto fazia ser rejeitada nesta oportunidade ou durante o apoioamento. Não vejo razão para que o nobre Deputado se melindre com a Bancada da ARENA. Tenho certeza de que V. Exa. concorda comigo. Se está defendendo é por uma questão de fidelidade partidária, porque o Projeto visa beneficiar aqueles que pagaram. Então ficam anistiados nas multas, na correção monetária. Senão deixa de haver a sua razão de ser.

O nobre Deputado Muggiati Filho ponderou bem que o Estado sempre concedeu parcelamento. O que acontece é que muitas das dívidas que estão aí já foram parceladas. E o nobre Deputado Nelson Buffara focalizou bem:



"onde ficam aqueles que pagaram em dia?" Nós sabemos que o Estado não quer sacrificar ninguém, está parcelando e continuará parcelando esses débitos. Mas, o que precisa é receber, são dívidas de muitos e muitos anos. O Estado está concedendo um benefício, mas tem que receber. E se o Estado está concedendo um benefício, tem que ter, em contrapartida, o pagamento. E se isso não acontecer, voltamos àquele círculo vicioso passado. De modo que entendo que essa lei é muito justa e vem de encontro aos interesses do Estado e mesmo dos contribuintes.

Louvamos a atitude do Deputado Nelson Buffara, mas queremos dizer que não somos contra os empresários, também somos empresários. Mas, achamos que essa lei é justa e terá o apoio integral de nossa Bancada. Mas, longe de nós desprestigiar, ou qualquer desatenção de nossa Bancada pelo ilustre Deputado Nelson Buffara.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Acolho o aparte de V. Exa., mas quero discordar do mesmo quando V. Exa. diz que concordei com V. Exa. mas que adoto posição contrária do ponto de vista de V. Exa. por uma questão de fidelidade. Em absoluto. O que eu discordo de V. Exa. é justamente na destinação do Projeto. Acho que quando se é liberal, deve-se sê-lo para o maior número e não para beneficiar um pequeno número. Mas esse Projeto é um Projeto grande para beneficiar um pequeno número que não pagaram e estão gozando dessa isenção e recolhem os tributos devidos: Aqueles que não pagaram tendo recursos para fazê-los. Porque, quem tem recursos para recolher o grosso tem, também, para recolher o imposto com as correções e juros devidos. Aqueles que não têm dinheiro para recolher os impostos, estes, sim, é que justamente vão depender de providências dessa natureza. Porque, para se recolher o imposto ainda se acresce, o imposto de juros e correção monetária, e uma série de ônus, e essas pessoas, e essas firmas, vão ficar em dificuldade.

Mas, veja, Sr. Deputado, para onde caminha o presente Projeto de Lei. Veja, V. Exa., aqueles que têm dinheiro para recolher, vão recolhê-lo agora, e recolherão sem o ônus da correção monetária, sem o ônus dos juros.

O que eu pretendo dizer é que nisso — e repito mais uma vez — não vai solidariedade partidária, vai, sim, uma formação mais democrática. Acho que se deveria beneficiar o maior número possível e esse Projeto não vai beneficiar ninguém.

Era esse o esclarecimento que desejava fazer.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O nobre Deputado João Mansur, na sua pureza, na sua qualidade nata de Deputado sincero, honesto, que caracteriza sua personalidade, disse que no artigo 1.º está implícito que as parcelas poderiam ser admitidas. Ora, se S. Exa. entende assim é porque é puro, mas deve admitir que seus semelhantes talvez não o sejam. Então, porque se caracterizarmos no artigo 1.º, com a Emenda que já é fato consumado, porque não foi aprovada, não pode sequer ser discutida, não deram condições e ela para ser aprovada, para obrigar as autoridades competentes a admitirem o parcelamento. Se não fica ao livre arbítrio, de quem de direito, conceder o parcelamento.

Quero deixar bem claro que o nobre Deputado João Mansur, na sua posição, tratando que é assim. Mas, outros talvez não entendam como S. Exa.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Entendo que a interpretação do nobre Deputado João Mansur cai por terra totalmente ante o parágrafo 1.º, do artigo 1.º, do Projeto de Lei 83-72. Porque, o parágrafo 1.º é claro, esclarece que o prazo, para o prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional, previsto nesse artigo, é de 60 dias, contados da data de sua publicação.

O prazo para prévio e integral pagamento, não há segunda interpretação. Então, o Projeto irá favorecer apenas uma minoria, independente da situação dos demais devedores do Estado.

Estendo, vamos ser generosos, vamos ser democraticamente generosos, ou vamos ser rigorosos. Esse é o entendimento pessoal, nobre Deputado e se há solidariedade aí, ela não é partidária, é solidariedade de uma forma mais democrática.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Tenho um ponto de vista, acredito que a anistia não devia ser consentida. Porque anistia só vai favorecer aqueles maus pagadores de impostos, e não se deve tirar multa nem correção monetária nem nada. Deve não pagar no prazo, tem que ser tomadas algumas medidas legais para cobrar. Porque, afinal de contas, essas pessoas, esses comerciantes, estão pleiteando esse favor, não são eles que pagam. Eles já receberam o imposto há muito tempo das mãos do consumidor. Ele é simplesmente instrumento que recebe do consumidor e não leva para o erário. Detém o dinheiro e agora está querendo anistia para se beneficiar de favor que não deve merecer. Ponto de vista meu, sempre fui contra e continuo sendo, acho que é injusto que se dê anistia.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Concordo perfeitamente com V. Exa. e por concordar com V. Exa. é que entendo, se alguma política administrativa impõe, segundo entendimento da maioria, alguma forma de anistia, ela não deve ser destinada apenas a uma pequena minoria, a um grupo, que reputo de privilegiados, gente que tinha dinheiro para pagar imposto, tanto é que vai recolhê-lo, e que não tem condições de recolher juros e correção monetária. Entendo que uma pessoa que não tem dinheiro para recolher o imposto, e em função ou em decorrência dessa situação, por não dispor de meios de recolher imposto devido, cai em atraso do débito fiscal, com correção monetária e uma série de coisas mais, essa situação, eu chego a compreender, mas que uma pessoa tenha dinheiro para recolher imposto e não tenha para recolher multa, aí vejo um pouco de boa vontade do governo. Quem conseguiu recuperar-se economicamente a tal ponto de ter condições para pagar o imposto devido, teria condições também de possuir melhor para recolher a multa devida.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Seria o caso de elaborarmos uma lei sem objetivo, porque se a Assembleia está elaborando uma lei visando resolver um problema do contribuinte, parece ocioso delongarmos uma discussão, se esse dispositivo de lei poderá, inclusive, num confronto com a situação atual, não resolver coisa nenhuma, porque poderá ocorrer, que o contribuinte, ao invés de preferir esta lei que está sendo elaborada, vai preferir pagar com multa e correção monetária, mas parceladamente. De modo que, então, o objetivo do legislador não seria atingido em condição alguma, porque o objetivo do legislador, e resolver problemas. Se não conseguir resolver problemas, então não adianta legislar. Entendo que o Projeto fica, indiscutivelmente, prejudicado e, quanto ao mérito, data vinda do Deputado Armando Queiroz, vemos incluídos entre aqueles que seriam favorecidos, aquela quantidade de comerciantes do Paraná, principalmente do Norte do Paraná, nesse sistema de funcionamento de saída e entrada de matéria prima, que estão sendo multados porque o Estado fez e desmanchou diversos convênios, sem notificar

devidamente aos comerciantes. Expediu guias livres em número incalculável a produtores, comerciantes, com sede em São Paulo, com agências no Norte do Paraná, e, depois, procurou deixar sem efeito essas guias, multou aos comerciantes por não terem recolhido o imposto devido, criando uma situação fiscal que se possa imaginar.

Não me parece que esta anistia seja um benefício ou uma generosidade do Estado. O que se deveria fazer é justiça aos comerciantes que estão sendo injustiçados.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Agradeço o seu aparte. Encerrando resumo o meu ponto de vista definido sobre o Projeto Lei 83-72.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Além de tudo o que já foi dito, há um ponto que deve ser analisado.

Se uma lei como esta passa por esta Casa, recebe o nosso beneplácito pode até se tornar moda. Daqui para frente ninguém mais recolhe o imposto e depois de uns meses vem pedir anistia. Isto é uma barbaridade.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Aceito o critério de V. Exa. Ou se restringe totalmente ou se trata generosa e democraticamente a todos aqueles que contribuem e que, realmente, necessitam da medida.

O que choca é querer beneficiar aqueles que menos necessitam da medida, enquanto que aqueles que não têm condições de recolher os impostos atrasados não serão beneficiados porque não terão, também agora, condições de colhe-lo uma vez que não mais haverá parcelamento. Desta maneira uma pequena parte é que está atendida, apenas um pequeno grupo é que será beneficiado com a medida.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Lei n. 83-72.

Encerrada a discussão. — Aprovado.

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 72-72, de autoria do Dep. Francisco Borsari Netto, que doa, ao Aeroclube do Paraná, a aeronave tipo CESSNA 180, prefixo PP-ETN, de propriedade do Estado. — Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 16-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 112-72, aprova o Termo do Convenio celebrado em 25 de janeiro do corrente ano, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 16-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica ratificado o Termo de Convenio celebrado em 25 de janeiro do corrente ano, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto, objetivando a instalação de um Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários, no referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

#### PROPOSIÇÃO N. 112-72

MENSAGEM N. 19-72

Curitiba, 5 de maio de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convenio celebrado em 25 de janeiro do corrente ano, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto, objetivando a instalação de um Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários, no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/Capital.

Termo de Convênio que entre si fazem de um lado a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e de outro a Prefeitura Municipal de Planalto, para instalação de um Posto Rural de Revenda de Produtos Derivados.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, presente de um lado, o Dr. Roulien Basaglia, titular da Pasta e de outro o sr. Oswaldo Hoffmann, Prefeito Municipal de Planalto, deste Estado, devidamente autorizado pela lei n. 240-72 da Câmara Municipal celebrar o presente convenio, perante as autoridades, doravante denominados respectivamente de Secretaria e Prefeitura, perante as testemunhas instrumentais de praxe, para instalação naquele Município, de um Posto de Revenda de Produtos Agropecuários, na forma que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — OBJETO DO CONVENIO — O objeto deste convenio é a instalação, no Município de Planalto, de um Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários, à agricultores e criadores do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA: — DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES — As obrigações dos convenientes, a seguir enumeradas, traduzem-se em: I — DA SECRETARIA: a) Instalar um Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários a agricultores e criadores do Município de Planalto; b) Tomar as providências cabíveis de renovação de estoque dos produtos agropecuários, de tal maneira que possa atender a demanda natural; II — DA PREFEITURA: a) Fornecer imóvel destinado à instalação e funcionamento do Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários e agricultores e criadores do Município; b) No caso de local o imóvel, pagar a locação com recursos próprios; c) Efetuar ampliações ou adaptações no imóvel cedido, à medida que o serviço do Posto for exigido, pelo seu crescimento futuro; d) Fazer doação de um conservador comercial (geladeira) para a manutenção de vacinas e outros produtos que exijam câmara frigorífica; e) Ceder fun-



cionários para responder pela Chefia do Posto Rural de Revenda, sem onus para a Secretaria.

**CLAUSULA TERCEIRA: — DO PRAZO E VIGENCIA** — O prazo de duração do presente Convenio é de cinco anos podendo ser renovado por igual período, de trinta dias antes do termino, não houver manifestação em contrário de qualquer dos convenientes. Sua vigencia entretanto terá início a partir da publicação, respectivamente em Diário Oficial do Estado e órgão oficial do Município.

**CLAUSULA QUARTA — DO ADITAMENTO E DA RESCISAO** — Este convenio, durante sua vigencia, poderá ser alterado, mediante termos aditivos. De igual, a qualquer tempo poderá ser rescindido desde que, previamente com antecedencia de sessenta dias seja denunciada a cláusula inadimplida. Para firmeza e validade do que se estipulou, assinando perante duas testemunhas instrumentárias, em quatro vias de igual teor.

aa) Dr. Roulien Basaglia  
Secretário da Agricultura  
Oswaldo Hoffmann  
Prefeito Municipal.  
**TESTEMUNHAS**  
ilegíveis  
Confere com o original  
**ATL-SENG**  
Em 5.5.1972  
ass. ilegível

**Comissão de Constituição e Justiça**

**PROPOSIÇÃO N. 112-72**

**SUMULA:** Aprova o Termo de Convenio celebrado em 25 de janeiro do corrente ano, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto, objetivando a instalação de um Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários, no referido Município.

**PARECER**

A Mensagem Governamental n. 19-72, submete a este Poder, para os fins constitucionais, a ratificação do Termt de Convenio celebrado em 25 fins constitucionais, a ratificação do Termo de Convenio celebrado em 25 Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto, objetivando a instalação de um Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários, no referido Município.

A propositura é escoreita, tanto formal como jurídica e constitucionalmente, pois, está elaborada conforme determina o Art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual e a competência revisora do Poder Legislativo emana do art. 22, inciso VII, do referido Estatuto.

Assim, dita Proposição não se insurge contra qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à oportunidade, nada a opor.

Opino pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.15.72.

aa) Armando Queiroz — Presidente.  
Erondy Silvério — Relator  
Muggiati Filho  
Cândido M. de Oliveira.  
Paulo Camargo  
Santos Lima.

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 17-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 113-72 — aprova Convenio celebrado em 4.11.71, entre o D.E.R., e a Prefeitura Municipal das vias de acesso a esta Capital. — Parecer favorável da C.C.J.. — **Aprovado.**

**Comissão de Constituição e Justiça**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 17-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1.o — Fica aprovado o Convenio celebrado em 4 de novembro de 1971, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a execução dos serviços de construção e conservação das vias de acesso a Curitiba, conforme especifica.

Art. 2.o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
aa) Armando Queiroz — Presidente  
Cândido M. de Oliveira  
Paulo Camargo

**PROPOSIÇÃO N. 113-72**

**MENSAGEM N. 20-72** Curitiba, 11 de maio de 1972  
Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autentica do Convenio celebrado em 4 de novembro de 1971, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a execução dos serviços de construção e conservação das vias de acesso a Curitiba, conforme especifica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

**PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA**  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Wilson Figueiredo Fortes  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/Capital.

Convenio que firmam entre si o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, na forma abaixo:

**1. — PARTES**

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, com

sede nesta cidade de Curitiba, daqui por diante denominado DER-PR., representado pelos seus Diretores, Geral, Engenheiro Wilson Ribeiro de Souza e Técnico Engenheiro Maurilio Silva Correa, e o Município de Curitiba, a seguir denominado Prefeitura, neste ato representada pelo seu Prefeito, Arquito Jaime Lerner, o primeiro autorizado expressamente pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, acordaram em firmar o presente Convenio, mediante delegação de encargos e na forma da legislação em vigor, o qual reger-se-á pelas condições ora estabelecidas, a saber:

**2. OBJETO DO CONVENIO — O DER-PR., e a Prefeitura assumem o encargo da execução dos serviços de construção dos acessos à Curitiba, assim compreendidos:**

a) — Construção da Rodovia Avenida Comendador Franco, situada no Município de Curitiba, desde a sua sede, iniciando-se no pátio da estação rodoferroviária, situada à Avenida Afonso Camargo, até o limite com o Município de São José dos Pinhais, no rio Iguaçu, que lhes faz divisa, em ponto próximo à atual Avenida Salgado Filho;

b) — Construção da Rua Padre Agostinho, ao Norte da sede do Município, considerado acesso da Rodovia BR-277 a Curitiba, iniciando-se nessa rodovia e finalizando na Avenida Cândido Hartman;

c) — Construção da Rodovia Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, que faz acesso a BR-116, ao Norte da sede do Município, a Cidade de Curitiba, entre essa Rodovia BR-116 e a Avenida Paraná;

d) — Construção de viaduto de transposição da BR-116, previsto no projeto da Avenida Marechal Floriano Peixoto;

e) — Construção do viaduto de transposição da BR-116, previsto no projeto da Rodovia Avenida Comendador Franco;

f) — Construção do acesso no setor sul da cidade à BR-116, a partir do local denominado Pinheirinho, até a Avenida Sete de Setembro, em duas pistas paralelas às Avenidas Churchill e República Argentina;

g) — Execução do capeamento da Avenida Salgado Filho, entre a Rua Comendador Roseira e o rio Iguaçu, em toda a sua extensão.

2.1 — Os projetos das obras objeto do presente Convenio serão contratados pela Prefeitura, através do IPPUC, obedecendo as seguintes diretrizes:

2.1.1. — Rodovia Avenida Comendador Franco:

a) — duas pistas contínuas de 7 (sete) metros cada uma;

b) — obediência aos elementos que serão fornecidos pela Companhia Força e Luz do Paraná, para locação da nova linha de transmissão, garantindo-se a devida segurança e projeção de tais torres, em relação ao trafego e à execução da obra;

c) — as demais características técnicas para as obras complementares serão estudadas em comum entre as partes e aprovadas pelo Diretor Técnico do DER-PR e pelo Diretor do Departamento de Obras do Município, para pronta execução.

2.1.2. — Na Rua Padre Agostinho e Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, segundo diretrizes a serem adotadas de comum acordo entre o IPPUC e os Diretores referidas em 2.1.1. — c;

2.1.3. — Nos viadutos de transposição da BR-116 — Rodovia Avenida Comendador Franco e prolongamento da Rua Marechal Floriano Peixoto: pista dupla, gabaritos de acordo com as normas aprovadas pelos órgãos competentes.

2.1.4. — No acesso pelo Pinheirinho da BR-116, em pistas paralelas, gabaritos de acordo com as normas aprovadas pelos órgãos competentes.

2.2. — Serão elaborados por ambas as partes organismos completos dos serviços a serem executados para a formalização das verbas e empenhos de responsabilidade de cada uma das partes.

2.3. — As partes, uma vez concluídos os elementos do item 2.2., elaborarão um cronograma das obras, pelos seus representantes designados em 2.1.1. — c; de modo que este Convenio seja executado sem solução de continuidade.

**3. — OBRIGAÇÕES**

O DER-PR e a Prefeitura comprometem-se a construir as obras constantes deste Convenio através de seus próprios recursos, os quais serão utilizados pelas partes, isoladamente, no sentido da execução dos trechos e obras que lhe competem, conforme as definições dos itens 3.1. e 3.2., que se seguem, correndo cada parcela de iniciativa e sob a responsabilidade de cada construtor.

3.1. — São obrigações do DER-PR:

a) — A construção do viaduto de transposição da BR-116, previsto no projeto da Rodovia Avenida Comendador Franco;

b) — A construção da Avenida Comendador Franco, conforme o item 2. — a;

c) — Forneimento do asfalto necessário à execução dos serviços do item 2 — g.

3.2. — São obrigações da PREFEITURA:

a) — a construção da Rua Padre Agostinho, item 2. — b;

b) — a construção da Rodovia Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, item 2. c.;

c) — a construção de viaduto, na continuidade da Avenida Marechal Floriano Peixoto, item 2. d.;

d) — a construção do acesso em duas pistas da BR-116, no lugar Pinheirinho, até a Avenida Sete de Setembro;

e) — Manter todos os entendimentos necessários, a fim de obter permissão e condições de utilização de faixa ocupada pela linha de transmissão do sistema de suprimento de Curitiba;

f) — fornecer, através do IPPUC, os projetos completos para a execução das obras;

g) — instalar a iluminação prevista no projeto e sua manutenção, em todas as obras;

h) — execução do capeamento da Avenida Salgado Filho, referido no item 2. g.

**4. — DESAPROPRIAÇÃO**

As despesas com desapropriação, que houver para o cumprimento deste Convenio, ficarão a cargo da PREFEITURA.

**5 — FISCALIZAÇÃO**

Os serviços serão fiscalizados por uma Comissão composta do Diretor Técnico do DER/PR e do Diretor do Departamento de Obras do Município de Curitiba, que designarão pessoas credenciadas para a execução perma-



nente e cotidiana da fiscalização, os quais poderão ainda convocar, de lado a lado, outros profissionais, para este mistér.

#### 6. — SERVIÇOS DE TERCEIROS

As obras objeto do presente Convênio serão contratadas pelas respectivas partes, com terceiros, quando não possam executá-las por si próprias, atendidas as disposições legais vigentes, referentes à licitação.

#### 7. — PAGAMENTOS

Os pagamentos resultantes da execução das obras serão feitos pelo DER/PR e PREFEITURA, de acordo com o item 3. — OBRIGAÇÕES, correndo cada obra por conta do respectivo executor.

#### 8. — PRAZO

Os trabalhos e obras convencionados, serão considerados como necessários de premente, pelo que fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) meses, para a sua completa execução, a partir da data da assinatura deste Convênio.

#### 9. — VALIDADE

O presente Convênio, após cumpridas as formalidades legais, terá validade e entrará em vigor, imediatamente, para que a PREFEITURA inicie desde logo o projeto e para as demais medidas necessárias ao seu fiel cumprimento, por ambas as partes.

E, de como assim tenham ajustado, assinam o presente Convênio, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas presentes que também o assinam.

Curitiba, 4 de novembro de 1971.

Assinaturas Ilegíveis

Testemunhas:

Assinaturas Ilegíveis

Confere com o original

ATL — SENG

Em 10.5.1972

(a) Wally Mesquita

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROPOSIÇÃO N.º 113-72

SÚMULA: — Aprova o Termo do Convênio celebrado em 4 de novembro de 1971, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a execução dos serviços de construção e conservação das vias de acesso à Curitiba, conforme especifica.

#### PARECER

A presente proposição tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 20-72, que tem por fim dar conhecimento a esta Casa dos Termos do Convênio celebrado em 4 de novembro de 1971, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a execução dos serviços de construção e conservação das vias de acesso à Curitiba, conforme especifica.

A propositura é esboçada, tanto formal como jurídica e constitucionalmente, pois, esta elaborada conforme preceitua o art. 47, inciso IX da Carta Estadual e a competência revisora do Legislativo emana do art. 22, inciso VII da mesma Constituição.

Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

Assim, opinamos pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 31-5-72.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente  
Cândido M. de Oliveira — Relator  
Paulo Camargo  
Igo Losso  
Muggiati Filho  
Santos Lima

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios de Bocaiuva do Sul a Colombo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 70-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria de Transportes, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Bocaiuva do Sul a Colombo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1971

(a) Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

#### JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa se prende ao fato de que esta Estrada se encontra em precaríssimas condições de tráfego, sendo a única interligação entre estes dois Municípios, por ela é feito todo o escoamento das suas produções. Outro fator importante, é que grande parte dos trabalhadores dos Fornos de Cal de Colombo, residem em Bocaiuva do Sul, e transitam diariamente por esta Estrada.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 70-71

Autor: — Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., a conservação da Estrada que liga os Municípios de Colombo a Bocaiuva do Sul.

#### PARECER

O Projeto sob exame, do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, pretende transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Rio Branco do Sul a Colombo.

O mencionado Projeto não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional e está devidamente justificado.

Nestas condições somos favoráveis a sua aprovação

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1971.

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator  
Cândido M. de Oliveira  
Gilberto Carvalho  
Acyr José  
Emílio Carazzai  
Sebastião R. Júnior

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 70-71

O presente projeto, com parecer da C.C.J., não tem implicações de ordem financeira, razão pela qual, opinamos pela aprovação da mesma.

Sala das Comissões, em ... de julho de 1971

(aa.) Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator  
Fuad Nacli  
Paulo Poli  
Muggiati Filho  
Gabriel Manoel

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 70-71

1) — Objetiva o presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Bocaiuva do Sul ao de Colombo.

2) — O Projeto de Lei em referência foi examinado pelas ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, das quais recebeu pareceres favoráveis.

3) — Tratando-se de via que liga dois Municípios, pela qual e tão somente por ela se processa o escoamento e comunicação entre os dois municípios já citados, necessário se torna, consequentemente a melhoria da referida estrada.

Nestas condições, opinamos pela aprovação da medida proposta.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em ...

(aa.) Lazaro Dumont — Presidente

Antônio Maciel — Relator  
Borsari Netto  
Hélio Manfrinato  
Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 230-71, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a Amado Alves de Miranda. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 230-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Amado Alves de Miranda, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão a conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1971

(a) Dep. Nelson Bufara

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente iniciativa é amenizar, em parte, a situação precária em que se encontra o cidadão Amado Alves de Miranda, que além das vicissitudes que a vida lhe impôs, tem por destino a manutenção e educação de treze (13) filhos.

Em casos de tal espécie, assim nos parece, o Estado tem a obrigação de dar recursos mínimos, prestando, desta forma, a verdadeira Assistência Social tão decantada. Este é, na verdade, a intenção do presente Plano de Lei.

Nestas condições, apresentamos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e, no final, sua aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 230-71

AUTOR: — Dep. Nelson Bufara

SÚMULA: — Institui pensão mensal

#### RELATÓRIO E PARECER

1) — O Projeto tem por objeto instituir uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), em favor de Amado Alves de Miranda.

O seu ilustre autor, em abono de sua justificativa, juntou vários comprovantes, que acompanham o Projeto.

2) — Opinamos pela sua aprovação, visto que esta Comissão, pacificamente, não opõe restrição alguma, seja de ordem legal ou constitucional, a Projetos dessa natureza.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator  
Odilon Reinhardt  
Cândido M. de Oliveira  
Borsari Netto  
Armando Queiroz  
Gilberto Carvalho



## COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 230-71.

A presente proposição é justa e humanitária. Já devidamente justificada, merece a aprovação desta Comissão, visto não apresentar nenhum impedimento de ordem financeira, pois no Orçamento do Estado, existe verba para atendimentos dessa natureza.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Santos Lima

Fuad Nacli

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 255-71, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, fica criado o Município de Francisco Alves, desmembrado do de Iporã, com área territorial constituída pelos atuais Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito. — Parecer da C.C.J. favorável da C.C.J. — COM EMENDADA. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N. 255-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Francisco Alves, desmembrado do Município de Iporã, sendo constituído pelos atuais Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito.

Art. 2.º — O Município de Francisco Alves constituído das áreas territoriais dos citados Distritos Administrativos terá como sede a cidade de Francisco Alves e como unidade distrital o atual Distrito Rio Bonito, ficando delimitado e definido pelos seguintes limites e confrontações:

Começa no marco de lei cravado no perímetro divisor dos lotes numéricos 191 e 113, a margem direita do rio Piquiri, e corre o rumo Norte, segue pelo perímetro divisor de lotes, até alcançar a cabeceira do córrego denominado "Córrego da Divisa", descendo pelo mencionado córrego, até a barra do rio Xambê, descendo pelo mencionado rio até a barra do rio Piquiri, subindo pelo mencionado rio até encontrar o marco, ponto de partida.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

a) — Deputado Francisco Escorsin

## JUSTIFICATIVA:

## ENFOQUE GÊNICO

A importância do municipalismo na moderna organização democrática brasileira é incontestável.

O seu funcionamento e desenvolvimento consolidam a expansão do regime democrático.

Por isso mesmo, um dos nossos maiores constitucionalistas, Prof. Pinto Ferreira, com sua proverbial agudeza, lembra que o município é tanto uma instituição sociológica como uma entidade legal. Condições de fato existem para que uma entidade seja reputada como um município, que depois a própria lei reconhece...

O Município tem sido um dos esteios da vida política administrativa brasileira.

Um breve esboço histórico-constitucional revela que o conceito de Município flutuou ao sabor dos diversos regimes, para, afinal, a partir da Constituição de 1946 ganhar a sua firmeza institucional, capaz de lhe garantir o "self-Government" e a posição autônoma atual.

É importante ressaltar que a criação de um município não se esgota em um problema puramente jurídico.

Trata-se, na realidade, de questão eminentemente política, tomado o termo na sua acepção mais ampla, pois se a política ou ciência do Estado não integra e abrange, em síntese, todos os elementos sociais e econômicos, históricos e éticos, jurídicos, geográficos, demográficos ou étnicos de qualquer esfera da realidade humana, não pode deixar também de levá-los em conta, com dados essenciais ao alcance de seu objetivo precípuo, que é o bem comum da sociedade.

E também sob este enfoque que se pretende através a presente lei a municipalização do atual distrito de Iporã, denominado Francisco Alves.

Tendo sido satisfeito todos os requisitos estabelecidos em lei resta evidente a legitimidade de sua aspiração.

E da data da Resolução n.º 25-68 de 17.12.68, desta Casa, que autorizou a consulta plebiscitária, até os presentes dias, o crescimento e desenvolvimento de Francisco Alves está a demonstrar, sobejamento, a viabilidade de alcançar o "status" municipal.

Após aquela data Francisco Alves aumentou a sua população, não só pela elevação da taxa de natalidade, mas principalmente pela incorporação migratória. A sua produção agrícola teve efetivo e expressivo crescimento, gerando ainda maior receita tributária.

E mais: a TELEPAR está instalando um posto telefônico e a FUNDEPAR está entregando um moderníssimo prédio escolar onde funcionará o ginásio.

Recentemente o Governador do Estado assinou ordem de serviço autorizando o início da pavimentação no trecho Iporã-Francisco Alves-Guaira.

Não há dúvida que o acionamento de todas estas providências ensejará a explicação de todas as suas virtualidades econômicas, sociais e políticas.

A municipalidade de Francisco Alves trará duas fatais consequências: maior desenvolvimento local e maior desenvolvimento micro regional.

De ambas as consequências resulta um grande beneficiário: o Estado do Paraná.

## A JURIDICIDADE

É claro, que a existência de condições fáticas não leva necessariamente a que uma determinada comunidade possa exigir a sua configuração como município.

Tal transformação dependeria ainda da criação através da própria lei.

Vale lembrar o que escreveu à propósito Miguel Reale:

"A realização das condições de fato, previstas na lei não confere à povoação de um território o direito de ser município, ou seja, não dá nascimento a um direito subjetivo público, correlato à obrigação do Estado de proferir o ato solene e declaração da almejada autonomia municipal".

Dai a afirmação categórica de Pontes de Miranda que, sob este prisma, se nos afigura procedente:

"o município de hoje existe porque a lei quer"

(Parecer na Rev. For.)

No direito brasileiro, o poder de criar municípios, como entidades jurídicas, cabe aos Estados Federados. É uma faculdade discricionária de agir. É ato legal constitutivo e não declaratório.

Quando o Estado estabelece limites ou condições para a criação de municípios, não faz senão fixar a latitude de sua discricionariedade.

Como doutrinou Pinto Ferreira:

"O Estado não se restringe a certificar simplesmente a existência das condições, reconhecendo-as ou não segundo um critério superior de oportunidade das entidades autárquicas territoriais é, pois, discricionário e constitutivo".

O município é, portanto, uma criação do direito que pressupõe, no entanto, uma formação natural, sendo derivado o poder político por ela exercido.

Como magistralmente observou Reale:

"A pessoa jurídica é uma criação do Direito (lei) e não uma situação de fato. A nota de juridicidade é algo que se acrescenta à realidade social, dando-lhe uma dimensão específica".

E mais adiante:

"quando o Estado estabelece limites ou condições para a criação de um município, não faz senão fixar a latitude de sua discricionariedade".

No regime constitucional brasileiro, os Estados membros têm poderes reservados para a sua auto-organização constitucional, dentro dos princípios constitucionais da União, e ao mesmo tempo que se organizam também as bases do Governo municipal, respeitando-lhe a autonomia, de conformidade com a lei fundamental.

"Os Estados assim fixam o número de suas comunas, as quais respondem sobre uma base físico-territorial, pois os municípios são corporações territoriais de direito público".

"O Estado — membro — diz Pinto Ferreira — tem competência para alterar os limites territoriais em face do seu poder de fixação do número de comunas podendo criá-las modificá-las ou suprimi-las".

A Constituição Federal em seu artigo 14 diz que a "lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos da população e renda pública bem como a forma de consulta prévia às populações para a criação de municípios".

Em seu parágrafo único:

"A organização municipal variável segundo as peculiaridades locais, a criação de municípios e a respectiva divisão em distritos dependerão de lei".

Segue-se que na atual sistemática jurídica brasileira, a criação de município obedece a duas premissas básicas:

a) o cumprimento dos requisitos mínimos exigidos pela lei complementar n.º 1 e

b) dependência de lei criadora.

Em referência a premissa "a", diz Geraldo Ataliba em seu recentíssimo ensaio acerca da Lei Complementar na Constituição "A criação de municípios, bem como sua divisão em distritos depende de lei do Estado. Esta porém, à sua vez, depende de critérios gerais normativamente estabelecidos pela lei complementar (art. 14) que deverá estabelecer "os requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta prévia às populações"... A lei complementar, portanto — para ser constitucional e não invadir a autonomia dos Estados e dos próprios municípios — deve limitar-se a regular o plebiscito e estabelecer a população e renda condicionais à criação, que por sua vez se dá através de lei estadual; no caso vinculado ao resultado plebiscito.

A lei complementar prevista pelo Art. 14 da Carta Constitucional, já foi promulgada e tomou n.º 1. É boa, bem redigida e correta, e sob todos os aspectos formais" (Lei complementar na Constituição, Rev. dos Trib. agosto de 1971 — grifamos).

É evidente — quanto à premissa B — que a lei a que se refere o parágrafo único do artigo 14 da Constituição Federal, é lei estadual.

Pois é princípio tradicional do direito brasileiro o disposto no art. 13 da Constituição Federal:

"Os Estados organizar-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem..."

A Constituição Estadual por sua vez em seu artigo 106 sentenciou:

"A criação de municípios, bem como sua divisão em distritos, far-se-á mediante lei, observados os requisitos e condições da lei complementar da Constituição Federal".

Assim, conclusivamente, toda a legislação positiva que regula a matéria (Const. Federal. Ato Complementar n.º 1, Constituição Estadual e Lei Orgânica dos Municípios) está sendo atendida e cumprida, conferindo ao presente projeto perfeita juridicidade.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PARECER

Não há negar que 1964 marca o encerramento de um novo período histórico-político com sua consequente institucionalização.

A ruptura do processo provocou inelutavelmente uma reorientação, às vezes radical, do ordenamento jurídico nacional.

É evidente que a transformação haveria de incidir primeiramente sobre a organização jurídica básica, consubstanciada pelo regramento constitucional.

Pois é a Constituição e o direito dela decorrente que polarizam as regras concernentes à forma do estado, à forma do Governo, ao modo de aquisição e exercício do poder, ao estabelecimento de seus órgãos e aos limites de sua ação.

Dentre as grandes transformações operadas no Direito Constitucional brasileiro avulta, sem dúvida, o sistema federativo.

No Brasil, o Estado Federal não fugiu à vocação centralista do poder político, obrigando a revisão doutrinária do federalismo.

Esse processo gradual de ampliação dos poderes federais — normativos e executivos — com a correspondente redução dos pertinentes aos Estados — membros encontra seu apogeu na atual Constituição.

Certifica-se, na atual quadra histórico-política, a marcha para o fortalecimento do poder da União, nos Estados Federativos.

Vigora hoje, o que se convencionou chamar de federalismo cooperativo ou neo-federalismo (cf. Seabra Fagundes, Novas Perspectivas do Federalismo Brasileiro RDP/10).

A nova tendência, porém, não aboliu o regime federativo e nem extinguiu a competência dos estados-membros.

"O Brasil é uma República Federativa" diz o artigo 1.º da Constituição Federal.

É verdade que só o Estado Federal apresenta uma unidade de personalidade (só ele é pessoa de Direito Internacional público), uma unidade de nacionalidade (não há nacionalidade estadual) e uma unidade de território ("o Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo,



pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios", art. 1.º da Constituição Federal).

No plano interno essa unidade se manifesta principalmente, 1) pela existência de um ordenamento jurídico próprio ao todo, com uma organização completa, competente em todo o território e sobre todos os habitantes desse território e 2) pelo estabelecimento de limites à organização dos Estados-membros.

Todavia — diz Manoel Gonçalves Ferreira Filho — é também o Estado Federal uma "sociedade" de estados.

Dai que os Estados-membros de algum modo participam do governo do todo. (cf. Curso de Direito Constitucional, Ed. Saraiva, 1970).

Por isso mesmo consagra a Constituição Federal a "repartição de competência" (Cap. III da Constituição Federal).

Dispõe o artigo 13 da nossa Carta. "Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem..."

E como corolário desse princípio estabelece no artigo seguinte: "Lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta prévia às populações, para a criação de municípios."

Parágrafo único: a organização municipal, variável segundo as peculiaridades locais, a criação de municípios e a respectiva divisão em distritos dependerão de lei".

Resultado claro que, "a organização e a criação de municípios pertence ao estado federado. A criação de municípios novos é sempre regulada pelo Estado e dependente de seu arbítrio."

A atual Constituição, porém, numa clara manifestação de seu espírito centralizador dispõe, em seu art. 14, que lei complementar federal estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda, bem como a forma de consulta às populações interessadas, para a criação de novos municípios" (Cf. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, idem).

Os municípios não são membros da Federação; são descentralizações políticas personificadas dos Estados-membros.

Cada Estado — diz o Prof. Diogo de Figueiredo Neto, Procurador do Estado da Guanabara — respeitados os princípios e normas básicas da Constituição Federal, organizará seus municípios sob duplo grau normativo: constitucional e legal (cf. Curso de Direito Administrativo, Borsoi, 1971).

Assentes tais princípios, cabe-nos analisar a legislação complementar ao texto constitucional.

#### LEI COMPLEMENTAR N.º 1

Temos a Lei Complementar n.º 1 de 9 de novembro de 1967 que "estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios".

Vale repetir, à propósito, o que disse o eminente constitucionalista Geraldo Ataliba: "A criação de municípios, bem como sua divisão em distritos depende da lei do Estado. Esta, porém, à sua vez, depende de critérios gerais normativamente estabelecidos pela lei complementar (art. 14) que deverá estabelecer "os requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta prévia às populações..."

A lei complementar, portanto — para ser constitucional e não invadir a autonomia dos Estados e dos próprios municípios — deve limitar-se a regular o plebiscito e estabelecer a população e renda condicionais à criação, que por sua vez se dá através de lei estadual; no caso, vinculada ao resultado do plebiscito.

A lei complementar prevista pelo art. 14 da Carta Constitucional já foi promulgada e tomou o n.º 1. É boa, bem redigida e correta, sob todos os aspectos formais. "(Cf. lei Complementar na Constituição, agosto de 1971).

Como o presente projeto de lei, manteve fiel observância à referida Lei Complementar nada há que justifique o seu exame neste particular.

A criação e organização do Município, no regime constitucional vigente, compete ao Estado-membro.

Somente depois de aprovada a sua criação por lei estadual é que o território adquire personalidade jurídica de direito público interno (código Civil art. 14, n.º III) e autonomia político-administrativa decorrentes de sua condição de entidade estadual (Constituição Federal, art. 13).

Hely Lopes Meirelles com fundamento ainda no regime Constitucional regido pela Constituição Federal de 1946, doutrina acerca da competência dos Estados-membros sobre seu território.

E dizia: "E justifica-se essa orientação porque o nosso sistema constitucional (o de 1946) é de poderes reservados ou enumerados para a União e para os Municípios, recolhendo os Estados-membros todas as atribuições remanescentes, que expressa, implícita ou explicitamente não lhes sejam negadas (Constituição Federal, art. 18, § 1.º). Ora, desde que a União não reservou para si a competência organizatória dos municípios, nem a atribuiu a estes, segue-se, necessariamente, terem os Estados-membros tal atribuição, como aliás, afirma uniformemente a doutrina pátria. (in, Curso de Direito Municipal).

#### ATO COMPLEMENTAR N.º 46

O ato complementar n.º 46 de 7.2.69, baixado com fundamento no AI-5, dispõe o seguinte:

Art. 1.º — Fica mantida a organização administrativa e judiciária dos Estados e seus Municípios e do Distrito Federal, vigente a 31 de dezembro de 1968.

§ único — Nenhuma modificação poderá ser feita, na organização administrativa e judiciária, a que se refere este artigo, sem prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça.

Convém desde já relacionar esse Ato com o que estabelece a Constituição Federal em seu artigo 181, assim redigido:

"Art. 181. Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como:

I — Os atos do Governo Federal, com base nos Atos Institucionais e nos Atos Complementares e seus efeitos, bem como todos os atos dos Ministros Militares e seus efeitos, quando no exercício temporário da Presidência da República, com base no Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969;

II — ...

III — Os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares indicados no item I".

Como se vê deste artigo das disposições transitórias, os Atos Complementares ficaram — dúvida não persiste — **aprovados**.

O que não quer dizer que muitos deles continuem eficazes.

Ora, o artigo 14 da C.F. é claro ao enumerar o que a Lei Complementar deverá conter para a criação de municípios: a) requisitos mínimos de popu-

lação; b) requisitos de renda pública, e c) forma de consulta prévia às populações interessadas.

Em nenhum momento, expressa ou implicitamente a Constituição alude à necessidade de prévia autorização.

E nem se alegue que o parágrafo único do mesmo artigo sentença que a "criação de municípios e a respectiva divisão em distritos dependerão de lei" pois que a lei a que se refere é evidentemente lei estadual, como demonstra irretorquivelmente Pontes de Miranda em seus excelentes Comentários.

Entender de modo diverso, seria admitir que os Estados-membros não têm competência para dispor sobre sua própria organização, prerrogativa indicada claramente pelo artigo 13 da nossa Lei Maior.

E oportuno repetir aqui a lição de Geraldo Ataliba. Diz ele "Entendemos que a lei válida que vem a se tornar incompatível com a nova Constituição, é meramente tornada ineficaz. O que a norma nova superior acarretará é a perda da eficácia da norma inferior a anterior."

A nova ordem constitucional destitui de eficácia todas as normas com ela incompatíveis. A nova Constituição só revoga a Constituição anterior.

A vigência da nova Constituição tira a eficácia, parcial ou totalmente, por incompatibilidade às leis anteriores contrastantes com seus princípios, normas ou mesmo com seu espírito.

O que não foi revogado por lei nova persiste, vigendo plenamente, embora sem eficácia, nos casos da assinalada incompatibilidade" (Lei Complementar da Constituição, idem).

Aliás é importante ressaltar que o Ato Institucional n.º 8 de hierarquia superior ao Ato Complementar 46 e anterior a este, provocou, segundo entendemos, um sério abalo nos efeitos pretendidos pelo referido Ato Complementar.

Pois se este dispõe a inalterabilidade da organização administrativa dos Estados, Municípios e Distrito Federal, aquele, considerando a inadiável necessidade de dinamizar a reforma Administrativa atribuiu ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de população superior a duzentos mil cruzeros, competência para realizar, por decreto, reforma administrativa.

Pois organização administrativa, segundo entendem nossos administrativistas "é o aparelhamento por meio do qual se opera a atividade de administração, ou seja, um sistema de órgãos destinados a essa finalidade" consoante concisa definição de Carlos S. de Barros Jr., ilustre Professor da USP (cf. compêndio de Direito Administrativo).

Donde a asserção de Basavilbaso de que o conjunto das regras de direito que estabelecem a competência desses instrumentos ou órgãos, suas relações hierárquicas e situação jurídica, sua forma de atuar e controle da ação, como devem coordenar-se no interesse da Unidade do Estado, constitui a organização administrativa (cf. Derecho Adm. Vol. II — Estrutura Jurídica de la Administración).

Assim é possível inferir que a se entender ainda eficaz o Ato Complementar 46, toda e qualquer modificação na estrutura e organização administrativa dos Estados, Municípios e Distrito Federal, estará vedado sem prévia autorização presidencial, o que evidentemente não está mais a ocorrer.

E oportuno lembrar que o novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná de 26.6.1971 aprovado pela Resolução Normativa n.º 1 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cuja validade e vigência é incontestável, não se deu com prévia autorização presidencial.

E mais a Lei Orgânica do Estado de São Paulo de 31.12.1969 ao regular a criação de municípios, faz referência exclusivamente a lei Complementar.

A Lei Orgânica do Estado da Bahia de 12.2.71 ao normatizar a questão enumera exaustivamente os requisitos necessários, e, em nenhum lugar, faz referência à prévia autorização.

Em recente ensaio publicado na Revista de Direito Público o maior de nossos municipalistas Dr. Hely Lopes Meirelles, é taxativo.

"A criação do município brasileiro cabe aos Estados-membros, observados os requisitos mínimos de população, renda e forma de consulta às populações interessadas, estabelecidos por lei Complementar Federal (Constituição da República, art. 14 e Lei Complementar n.º 1, de 9.11.1967). A organização dos municípios compete ao Estado-membro."

Finalmente, cabe acrescentar que a criação de município, sua divisão em distrito e subdistrito, bem como suas alterações territoriais somente são permitidas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal, que também se realiza de quatro em quatro anos" (Cf. Hely Lopes Meirelles, RDP/11, janeiro — março de 1970).

Também o Prof. Hely Lopes Meirelles não faz referência à necessidade de autorização prévia numa evidente demonstração de que, o Ato Complementar no 46 está, pelo menos, com sua eficácia paralizada.

Todavia, ainda que se tenha interpretação diversa da aqui expendida nem por isso, estaria prejudicada a tramitação legislativa do presente projeto, restando apenas seja a Lei dele decorrente convenientemente referendada, se for o caso.

Isto exposto, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 17.11.71.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Com vistas ao nobre deputado Armando Queiroz, por três dias.

(a) Wilson Brandão — Presidente

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO

##### AO

##### PROJETO DE LEI N.º 255/71

Na discussão do brilhante parecer subscrito pelo nobre Deputado Arthur de Souza, submetido à análise deste plenário, exercitamos prerrogativa regimental (§ 8.º, do art. 60, do Regimento Interno), consubstanciada no requerimento de vista, que objetivamos, motivados por manifestas discrepâncias existentes entre a mencionada peça instrutória e o ponto de vista unanimemente estabelecido nesta Comissão, em matéria de idêntica natureza.

Ora, a um órgão opinativo da entevigadura da Comissão de Constituição e Justiça não é permitida a mudança de orientação face a determinadas questões de largas implicações no regramento jurídico-constitucional do Estado, sem o respaldo de fatos novos ou de normas de eficácia incontróversas. Estamos em face de um desses casos.

Autor de parecer que fixou o entendimento ora ameaçado de revisão, por mais esse motivo, julgamo-nos convidados a um confronto de posição, no sincero escopo de contribuir para a regularidade formal e material do procedimento legislativo.

Esclarecidas as razões do pedido de vista, vamos aos reparos que o parecer está a exigir.



## 1) INEFICÁCIA DO ATO COMPLEMENTAR N. 46

1.a. Para o ilustre relator, o Ato em epigrafe, assim como os demais Atos Complementares, por força do disposto no art. 181, da Constituição Federal, "ficaram — dúvida não persiste — aprovados... O que não quer dizer que muitos deles continuem eficazes" (fls. 4 e 5 do parecer — grifo do autor).

A simples leitura do dispositivo constitucional invocado é bastante para assegurar a certeza de que o nobre relator confundiu os termos do enunciado, talvez por se tratar de palavras homôfonas e homógrafas a um só tempo. O que o art. 181, da Carta Federal declara aprovados são os atos — substantivo comum, ação executiva em termos administrativos — praticados com base nos ATOS — substantivo próprio. Inconstitucionais e Complementares, estatutos jurídicos de caráter normativo, fonte daquelas providências administrativas. Isso porque, indiscutivelmente, os Atos emanados do Poder Revolucionário, que abrange o próprio Poder Constituinte, no caso constituído pela Revolução, não dependem de aprovação do estatuto hierarquicamente inferior.

1.b. O Ato Institucional n. 8, na opinião do nobre relator, "de Herarquia superior ao Ato Complementar n. 46 e anterior a este provocou sério abalo nos efeitos pretendidos pelo referido Ato Complementar" ao atribuir ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de população superior ao Ato Complementar n. 46 e anterior a este provocou sério abalo nos efeitos pretendidos pelo referido Ato Complementar" ao atribuir ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de população superior a duzentos mil habitantes competência para realizar, por decreto, reforma administrativa.

Aqui, um novo equívoco. Os dois Atos antes cotejados não disciplinam matéria idêntica. Primeiro, porque se estivesse nas cogitações do legislador a suspensão da vigência do conteúdo do Tto Complementar n. 46, tP-lo-ia certamente feito de modo expresso. Isso é elementar.

Segundo, se a tanto se propusesse a autoridade competente, ter-se-ia socorrido à faculdade inscrita no parágrafo único, do art. 182, da Carta Federal, que dispõe:

"O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional poderá decretar a cessação da vigência de qualquer desses Atos (inclusive o Complementar n. 46) ou de seus dispositivos que forem considerados desnecessários" (o parêntese é nosso).

Como se vê, não são os doutrinadores e comentaristas que assim entendem; é o texto frio do Estatuto Supremo que preceitua, com meridiana clareza.

Por fim, percebe-se ainda uma vez, a confusão certamente involuntária, entre a autorização do Ato Institucional n. 8, para a reforma administrativa, vale dizer, para os executivos promoverem alterações na forma atual das respectivas administrações, por exemplo, a criação, desmembramento ou extinção de secretarias, departamentos, seções, reformulação na sistemática do aparelho governativo e outras medidas semelhantes, de um lado, e, de outro, a divisão administrativa, objeto do Ato Complementar n. 46. Alegar-se-á que, para tanto, seria desnecessária a autorização superior, já que se trata de prerrogativa assegurada na Constituição e nas Leis aos executivos. O que, porém, invalida a objeção é exatamente a novidade contida no Ato Institucional n. 8, qual seja a de reforma a administração burocrática por meio de decreto, conseqüentemente sem a participação funcional dos legislativos.

Outra, bem diferente, é a meta do Ato Complementar n. 46. Embora sua redação não prime pela clareza, a "ratio legis", bem assim a área de problemas geradora da intervenção normativa (proliferação indiscriminada de unidades municipais sem condições de viabilidade econômica, social, política, na maioria dos Estados federados), atestam sua incidência específica no campo da divisão político-administrativa dos Estados, vale dizer, no processo de criação de municípios e, nunca, como quer o ilustrado relator, nos instrumentos da simples administração.

Quanto à legislação orgânica municipalista de alguns Estados, posterior ao Ato Complementar n. 46, a ele não dedicar qualquer referência, isso se deve ao fato de estarmos diante de diplomas de vigência transitória, como se depreende da sua própria natureza, do disposto no parágrafo único, do art. 182, da Magna Carta e dos reiterados pronunciamentos oficiais.

E para dirimir, em definitivo, alguma dúvida que, apesar de tudo, pudesse prosperar neste egrégio plenário, permitimo-nos transcrever o mandamento do art. 182, da Constituição Federal:

"Continua em vigor o Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais Atos posteriormente baixados".

Além de ser o Ato Complementar n. 46, editado em data posterior a do Ato Institucional n. 5, sua edição resulta do uso de atribuições conferidas ao Presidente da República pelo § 1.º, do art. 2.º, do Ato Institucional n. 5, conforme enuncia o preâmbulo daquele.

## 2) HIPÓTESE DE CRIAR MUNICÍPIOS, CUJA LEI CAREÇA DE "REFERENDUM"

2.a. O nobre relator, ao concluir, aventa a hipótese de, uma vez recusada a sua interpretação, prosseguir o projeto até ao procedimento legislativo final, quando seria submetida a Lei dele resultante a "referendum" do Presidente da República, na forma do Ato Complementar n. 46.

Também aqui há conflito com a prática adotada, nestes casos, por esta

A começar porque não há, no processo legislativo, do modelo constitucional federal, de adoção compulsória pelos Estados e municípios (III, do Art. 13), esse tipo de procedimento, nem Ato Constitucional ou Complementar assim estabeleceu. E-nós, portanto, defeso inovar, especialmente invadindo espera de competência federal exclusiva.

Por outro lado, assim entendeu a Comissão, aconselhada pela prudência, não é de boa política consumir a lei, após os percalços e dificuldades da instrução do processo, segundo as miruciosas exigências da legislação, realizar um plebiscito que de qualquer forma afeta a normalidade de toda uma população, acionar o plenário do Poder Legislativo em três discussões e votações para, no fim de conta, ver negada a competente autorização para a criação de um município.

Destarte, o rito sugerido pela experiência, em questões semelhantes, tem sido o seguinte:

- 1.º — instruir o processo (Lei Complementar n. 1);
- 2.º — solicitar a autorização do Presidente, por intermédio do Ministério da Justiça (Ato Complementar n. 46);
- 3.º — autorizar a realização de plebiscito (Lei Complementar n. 1); e
- 4.º — face ao resultado, elaborar a Lei.

## 3) CONCLUSÃO

Face ao exposto, entendemos que o Ato Complementar n. 46, está em pleno vigor, por conseguinte, é necessário a autorização do Presidente da República para a criação de município e que essa autorização se deve solicitar antes da licença para o plebiscito.

Nosso voto, portanto, é contrário ao parecer.

Sala das Comissões,

a) Armando Queiroz — Presidente

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 255/71

SUMULA: Cria o Município de Francisco Alves, desmembrado do Município de Iporã.

## PARECER

## I — SUMÁRIO:

O projeto ora em exame é de iniciativa do nobre Deputado Francisco Escorsin e pretende criar o Município de Francisco Alves, desmembrado do de Iporã.

Já tramitou por esta Comissão, tendo sido remetido ao Ministério da Justiça, sob forma de diligência, o requerimento do Exmo. Sr. Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, a fim de que a referida Pasta manifestasse o seu entendimento a propósito do tema.

Nesta Comissão obteve parecer favorável do relator com manifestação em contrário do Exmo. Sr. Deputado Armando Queiroz, através de voto em separado.

Em virtude do Ministério da Justiça ter se pronunciado a respeito da matéria em caso similar, solicitou o nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira que reexaminasse o projeto, solicitação aceita pela Comissão.

## II — A PERSPECTIVA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA:

Uma análise atenta do sistema governamental brasileiro indica que o Município é, ainda, o mais eficiente fator de polarização da presença do Governo do interior.

O Município é instrumento civilizador por excelência. Aí também é que exerce aquele mínimo de ação do próprio governo municipal na provisão de certos serviços que contribuem para a formação do "habitat" urbano.

Em termos de realidade paranaense importa não tanto o que o poder municipal pode fazer, mas o que as outras esferas são levadas a fazer pelo simples fato da existência de municípios e em decorrência de sua capacidade reivindicatória.

Entendo que o comportamento administrativo adequado consiste em vitalizar a instituição municipal através de um amplo esquema de descentralização, de modo a integrar o Município nos planos e programas racionais de desenvolvimento. O Município contém virtualidades capazes de tornarem-se instrumento valioso para a interiorização do desenvolvimento e melhor ocupação de nosso território.

Lembra Diogo Lordello de Mello: "Comparado com outros países quer desenvolvidos, quer de baixa renda, o Brasil se apresenta avaro em número de unidades de Governo local, se forem levadas em conta a extensão de seu território e a sua população"... "O Brasil com 0,004 unidades de Governo local por quilômetro quadrado tem uma das mais baixas densidades do mundo..."

No tocante à relação entre população e o número de unidades de Governo local, a posição do Brasil é também discrepante em confronto com a da grande maioria dos países...

Dir-se-á que não adianta multiplicar Municípios incapazes, mas o argumento só é válido para aqueles esquemas de organização Municipal em que se insista em não valorizar o Município, onde predomina a centralização dos recursos e dos meios de ação nas esferas superiores do governo, onde não se organizaram os Municípios para desempenhar papel conseqüente no processo de desenvolvimento.

A alegação não pode prevalecer se se tem em vista levar ao interior as medidas previstas nos planos de governo para acelerar o desenvolvimento econômico e social das regiões até agora deixadas à margem da ação governamental.

Multiplicar Municípios, em um país de grande extensão territorial e de grande população como o Brasil, tanto pode ser, pois, obra de ficção, como pode ser uma ação importante, indispensável mesma, para levar à presença do Governo ao interior, para apressar a distribuição dos benefícios da civilização e do progresso a certas regiões, para fixar populações, para ocupar efetivamente o território.

Tudo depende do papel que se atribuir aos governos municipais e das condições que forem estabelecidas para sua existência.

O Município brasileiro, ao contrário do modelo clássico de municipalidade que nos vem da Europa, não é sinônimo de governo urbano, pois que sua ação se desenvolve tanto na sede como na zona rural.

E prossegue o Professor Diogo Lordello de Mello:

"A supressão de muitos Municípios atualmente existentes, sob o argumento de que têm escassa população na sede ou mesmo pequena população total a não ser, evidentemente, os casos extremos, como o da fazenda que se tornou Município, com motivações escusas — somente viria agravar as dificuldades para se fazer chegar a ação governamental a essas populações. Aumentar simplesmente a área e a população de certos Municípios pela fusão com outro, sem lhes multiplicar os recursos minanceiros ou lhes melhorar a capacidade administrativa, apenas lhes agravará a situação.

Não se argumente com a economia que se fará com a redução. Essa contabilidade estreita não pode prevalecer quando se trata de levar a presença do governo ao interior, de alguma forma, e de redistribuir a receita pública, que tende sempre a concentrar-se em algumas áreas, sobretudo quando há desníveis regionais tão fortes como no Brasil. Mas a contabilidade social tem outros parâmetros e transcende o critério de lucros e perdas da contabilidade comum".

## III — A ESPECTATIVA JURÍDICA

A juridicidade da criação do Município requer acurado exame. Depara-se no presente expediente com três respeitáveis posições, duas delas bastante próximas, pelo menos em seus aspectos conclusivos.

A distonia fundamental entre o parecer do deputado Arthur de Souza e do nobre deputado Armando Queiroz reside no Ato Complementar n. 46 de 7.2.69, fundado no Ato Institucional n. 5 de 12 de dezembro de 1968.

A disputa jurídica acerca do tema tem inteira procedência dada a Complexidade. Entende o deputado relator que o Ato Complementar n. 46, embora ainda incrustado em nosso ordenamento jurídico positivo, encontra-se com sua eficácia paralizada.



Entende o ilustre deputado Armando Queiroz que o referido Ato esta em pleno vigor, tendo por consequência necessária a autorização Presidencial para a criação do município e mais que se a solicite antes de licença para a consulta plebiscitária.

Já o parecer da consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, trazido ao processo por iniciativa do deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, concluiu que:

"A Assembléia Legislativa que pretender criar Municípios, primeiramente deverá ater-se aos requisitos mínimos exigidos pela lei Complementar n. 1, de 27 de novembro de 1967, bem como a legislação estadual pertinente. Obedecidas todas as formalidades legais o Governador poderá sancionar a lei, submetendo a sua vigência a posterior aprovação do Presidente da República". (Parecer CJ: 1971, conf. Jurídica Brasília — DF).

O presente relatório tem — máxima data venia — alguns reparos a oferecer a parte dos pareceres em tela.

a) Propõe o deputado Armando Queiroz que se solicite ao Exmo. Sr. Presidente da República antes da licença para o plebiscito.

Sem apreciar o mérito e a textura Jurídica do parecer do deputado Armando Queiroz, — mas sem deixar de reconhecer, aqui e agora, a limpidez e a sólida cultura ali reiterada pelo grande publicista que é — cabe, contudo, uma ponderação.

Ocorre que através da Resolução 25/68 — portanto, antes do Ato Complementar n. 46 — autoriza a realização do plebiscito a fim de decidir sobre a criação do Município de Francisco Alves.

E efetivamente realizado em 30 de maio de 1971, conforme se vê da documentação instrutiva anexa.

Assim entendendo prejudicado a conclusão de seu voto. Todavia, afigura-se-nos estranho e insólito o parecer do douto assessor jurídico do Ministério da Justiça, quando indica a sanção governamental submetida a vigência da lei a posterior aprovação do Presidente da República.

A constituição Federal contém uma seção intitulada "Do Processo Legislativo" como, é óbvio, também a Constituição do Estado do Paraná, onde se regula a elaboração de "leis", lato sensu, englobando todos os momentos de produção normativa.

Ali está contemplada a lei ordinária — como a que se pretende pelo presente projeto — que é o Ato Legislativo típico.

A lei ordinária é um Ato normativo primário, considerado em seu processo formativo, conforme preceitua o direito brasileiro, é possível afirmar que a lei ordinária é um ato complexo.

"Essa formação — diz Manoel Gonçalves Ferreira Filho — apresenta uma fase introdutória, a iniciativa, uma fase constitutiva, que compreende a deliberação e a sanção, e a fase complementar, na qual se inscreve a promulgação e também a publicação" (Curso do Dto. Constitucional, S. Paulo, 1971).

Finda a fase constitutiva do processo legislativo a apreciação pelo Executivo do texto aprovado pelo Congresso ou pelas Assembleias.

A apreciação do Executivo, no aperfeiçoamento da lei se dá ou através do assentimento — a sanção — ou na recusa — o veto.

A sanção é que transforma o projeto aprovado pelo legislativo, em lei "E a operação integradora da feitura da Lei".

Perfeito o ato normativo através da sanção, para que se torne eficaz há de ser promulgado e publicado.

"A promulgação repita-se Pontes de Miranda — "constitui mera atestação da existência da lei e promulgação de sua executoriedade".

Já a publicação consiste numa comunicação dirigida a todos os que devem cumprir o ato normativo, constituindo-se mesmo em condição de sua eficácia.

Realizadas todas as operações formativas da lei está esta apta a produzir todos os seus efeitos jurídicos próprios.

Assim, preterir — como quer o parecer CJ 97171 do Ministério da Justiça — submeter a vigência de uma lei a posterior aprovação administrativa do Presidente da República constitui — segundo entendo — no mínimo, um procedimento contrário a toda a sistemática jurídico constitucional brasileira.

#### IV — O ENFOQUE CONCLUSIVO

Efetivamente, a matéria apresenta aspectos intrincados, talvez em razão da fúria legiferante de determinada fase do Governo Revolucionário, a qual redundou em prejuízo da adequada ordenação de nosso direito positivo.

Entendo que com a vigência da Emenda Constitucional n. 1 em 30 de outubro de 1969, o Ato Complementar n. 46 esgotou sua eficácia, muito embeira a própria Emenda em seu artigo 182 declarasse que continuava em vigor o Ato Institucional n. 5 e demais Atos posteriormente baixados.

Todavia, vislumbra-se certa colidência entre o Ato Complementar 46 e o artigo 13 da Constituição Federal, eis que esta sentença claramente que "os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição..."

"A organização — é o pensamento de Manoel Gonçalves Ferreira Filho — e a criação de municípios, todavia, pertence ao estado federado que sobre eles conserva poder de intervenção. De fato, cabe aos estados organizar os municípios, seja por dispositivos de sua constituição, seja por leis orgânicas, seja por cartas, observando o mínimo de competência a eles deixado pela Constituição Federal.

A criação de municípios é sempre regulada pelo Estado e dependente de seu arbítrio.

A atual constituição, porém, numa clara manifestação de seu espírito centralizador, dispõe, em seu artigo 14, que lei complementar federal estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda, bem como a forma de consulta às populações interessadas, para a criação de novos municípios" (in, Curso de Dt. Constitucional pag. 79, 3a. Edição, São Paulo, 1971).

Como se vê entende o ilustre constitucionalista, Prof. Catedrático da matéria da U.S.P., a criação de municípios é sempre regulada pelo Estado e dependente de seu arbítrio, observadas as exigências de lei complementar e não Ato Complementar.

E nem podia deixar de ser assim: a orientação decorre do próprio sistema federativo, da tradição político-constitucional brasileira, do espírito e da letra da Constituição.

Fende, porém, atualmente — ano eleitoral — um entrave de natureza legal. É que a lei Complementar n. 1 em seu artigo 6.º sentença que

"A criação de município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal".

Diante da expressa determinação legal resta evidente que a possibilidade de criação de municípios restringe-se — quanto a sua oportunidade — apenas ao ano anterior ao da eleição municipal.

Como o corrente ano não é o anterior à eleição municipal a conclusão,

é inclusível: fica defesa a criação do pretendido município nos termos em que vem proposto no presente projeto.

Todavia, ele poderá seguir seu curso normal, sem vício algum de ilegalidade, se convenientemente emendado.

#### ASSIM É QUE PROponho EMENDA AO SEU ARTIGO 3.º, QUE PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

"Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1975, revogadas as disposições em contrário".

Sendo sabidamente 1975 ano anterior à eleição municipal, fica cumprida a exigência da lei.

Desnecessário salientar que qualquer lei pode, ela mesma, fixar o início da sua vigência e, portanto, determinar no tempo sua inserção no mundo jurídico.

Isto posto, desde que aprovada a emenda ora proposta que modifica o artigo 3.º, do projeto originário, voto pela aprovação do presente plano de lei.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972

aa) — Armando Queiroz — Presidente  
Luiz R. Soares — Relator  
Emílio Carazzai  
Maurício Fruet  
Cândido M. de Oliveira  
Ovídio Franzoni.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta cruzeiros), ao ex-Delegado de Polícia Alfredo Soares de Freitas. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 18/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros), a ALFREDO SOARES DE FREITAS, ex-Delegado de Polícia do Município de Colorado.

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente lei correrá à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1972

a) — Jorge Sato  
Deputado

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente iniciativa é amenizar, em parte, a situação precária em que se encontra um ex-Delegado de Polícia, após longos anos de serviços prestados ao seu Município, com risco da própria vida em virtude das funções que exercia.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se dê o indispensável apoio, e, no final, sua aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 18/72

AUTOR: Dep. Jorge Sato

SÚMULA: Concede pensão mensal a ex-Delegado de Polícia.

1.) O projeto em exame visa autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de duzentos e cinquenta cruzeiros em favor de Alfredo Soares de Freitas, ex-Delegado de Polícia do Município de Colorado.

2.) Não há reparar de ordem constitucional a ser feito em razão dessa pretensão legislativa, que também não fere à lei ordinária. Opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1972

aa) — Armando Queiroz — Presidente  
Muggiati Filho — Relator  
Luiz R. Soares  
Ovídio Franzoni  
Cândido M. de Oliveira  
Maurício Fruet

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PARECER

1.) Com o presente projeto de lei, pretende o nobre Deputado Jorge Sato, autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 250,00, a Alfredo Soares de Freitas, ex-Delegado de Polícia do Município de Colorado.

2.) A dita Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à essa proposição.

3.) Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opôr, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972

aa) — Fuad Nadi — Presidente  
Odilon Reinhardt — Relator  
João Fadel  
Antônio Lopes Júnior

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica denominado Grupo Escolar "JOÃO MATTAR", o atual Grupo Escolar Noturno Dr. Generoso Marques, da cidade de Cambará. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 37/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — O Grupo Escolar Dr. Generoso Marques, Noturno, da cidade de Cambará, passa a denominar-se Grupo Escolar "João Mattar".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972.

a) Dep. Wilson Fortes.

#### JUSTIFICATIVA:

O Grupo Escolar Dr. Generoso Marques, Noturno, do Município de Cambará, vem acarretando, há longo tempo, sérios transtornos ao seu corpo docente visto que, funciona na mesma cidade um outro Grupo Escolar de coinci-



gente denominação, tendo havido, em inúmeras oportunidades, desvio de correspondência de um para outro, sem se falar nos entraves naturais ao serviço burocrático e, assim sendo, a senhora Diretora do Estabelecimento houve por bem convocar uma reunião a fim de se escolher um nome para o referido Grupo Escolar.

Dentre vários nomes de expressão que contribuíram para progresso do Município em todos os sentidos, foi escolhido o nome do Senhor João Mattar.

Falar do extinto Senhor João Mattar, seria editar um livro para nele sintetizar as mais belas páginas de trabalho, dignidade e amor ao próximo.

Toda sua vida foi pontilhada das mais diversificadas facetas, e nenhuma deixou de merecer a sua mais profunda atenção e devoção.

Cidadão brasileiro por lei, se bem que tenha nascido em Marjeyon — Líbano, aos 20 de abril de 1904, tendo falecido na Capital paulista no dia 4 de fevereiro de 1960.

Dedicou-se de corpo e alma à sua Pátria adotiva — Brasil. Chegou a cidade de Cambará nos idos de 1939 e desde então colaborou decididamente para o progresso da cidade e do Município.

São incontáveis os benefícios deixados por "João Mattar", nos mais diversos setores da atividade humana: Educação, saúde, e, como homem de comércio que era, sempre estendeu a sua mão, ajudando os menos favorecidos pela sorte.

Deixou esposa e nove filhos, dentre eles, dois que se destacaram no campo religioso e Educacional. Irmã Carmela de Jesus (Salina Mattar) e Odette Mattar Bernardelli, Inspetora Regional de Ensino.

Por todos os motivos enumerados é que esta justificativa que se faz a "João Mattar", tem sua razão de ser.

No rol histórico faz ele parte integrante dos homens de bem que por ali passaram e deixaram uma indelével marca de trabalho, honra e dignidade.

João Mattar, pela força brilhante de um coração magnânimo — que no seu peito batia sob o compasso rítmico de um grande amor voltado à coisa de Deus, calçou ali as marcas de um homem que viveu unicamente para servir e ser, realmente, útil à comunidade. Estas são as razões que nos levam a apresentar o presente plano de Lei, que temos certeza merecerá a aprovação dos nobres Pares.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PARECER** Ao Projeto de Lei n.º 37/72

**AUTOR:** Dep. Wilson Fortes

**SÚMULA:** Denomina Grupo Escolar João Mattar, o atual Grupo Escolar Noturno Dr. Generoso Marques, da Cidade de Cambará.

O presente Projeto não abriga nenhuma regra que colida com nosso ordenamento jurídico.

Opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) — **Armando Queiroz** — Presidente

**Luiz Roberto Soares** — Relator

**Ovídio Franzoni**

**Cândido M. de Oliveira**

**Santos Lima**

**Emílio Carazzai**

**Arizone Araújo**

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

**PARECER** Ao Projeto de Lei n.º 37/72

Em face do contido no presente, especialmente, a substancial justificativa do eminente autor do Projeto de Lei em tela, opinamos pela sua aprovação. Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

aa) **Antonio Lopes Júnior** — Presidente; **Cândido M. de Oliveira** — Relator;

**Arizone Araújo**.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, na qualidade de Líder da ARENA, constante do Expediente, designando para representantes na Comissão Especial que opinará sobre o Projeto de Lei Orgânica dos Municípios os Srs. Armando Queiroz, Borsari Neto, Luiz Roberto Soares e Basílio Zanusso. — Ao Departamento Legislativo — Divisão de Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de redação final ao Projeto de Lei n.º 13/72. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de redação final ao Projeto de Lei n.º 72/72. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de redação final do Projeto de Lei n.º 6/72. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior e Justiça, pela conduta adotada por eles no episódio partidário — Convenção Municipal de Curitiba da Aliança Renovadora Nacional. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando votos de aplausos ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, pela sua capacidade incontestável, pois várias Comarcas estão recebendo forum novos, além das reformas que se processa nos forum de outras comarcas. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam regularizadas, com urgência, a situação das zeladoras, não só na Capital como interior. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando votos de aplausos ao jornal "A Voz do Oeste" editado na cidade de Toledo. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado, fazendo a seguinte indagação: quantos candidatos poderão ser lançados, nos municípios, nas eleições de 15 de novembro vindouro, para a Câmara de Vereadores. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de redação final ao Projeto de Lei n.º 83/72. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, designando para representar o M.D.B. na Comissão Especial que opinará sobre o Projeto de Lei Orgânica dos Municípios o Sr. Deputado Muggiati Filho. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões para anotar.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro, encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 149-71, 72-72, 83-72.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 16-72, 17-72 e dos Projetos de Lei n.ºs. 70-71, 230-71, 255-71, 18-72, 37-72.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 73-71, 86-71, 43-72.

A Presidência marca ainda a Ordem do Dia para a Sessão de sexta-feira, às 10 horas que é a seguinte

#### ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 74-70, 92-70, 195-70, 199-70, 214-70, 235-71, 6-72, 13-72 e 44-72.

Levanta-se a Sessão.

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA N.º 202-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.853, de 26 junho de 1972, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Percy Tamplin, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 26 de junho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de junho de 1972.

**Fausto Luiz Abry** — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 203-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.851, de 26 de junho de 1972, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Luiz Augusto Cantador, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 1.º de julho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de junho de 1972.

**Fausto Luiz Abry** — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 204-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.895, de 26 de junho de 1972, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Salomão de Souza Andrade, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 27 de junho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de junho de 1972.

**Fausto Luiz Abry** — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 205-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.903-72, de 27 de junho de 1972, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Walter dos Santos Reinaldet, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 03 de julho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de junho de 1972.

**Fausto Luiz Abry** — Diretor Geral

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 7a LEGISLATURA — 2a SESSÃO LEGISLATIVA

##### Ata da 13.a Reunião Ordinária

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do sr. dep. Alvaro Dias, em virtude da ausência do sr. dep. Cândido M. de Oliveira, Presidente desta Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o sr. dep. Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 69-71** — autor dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Tres Barras, Mun. de Catanduvas. **PROJETO DE LEI N.º 123-71** — autor dep. Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Mun. de Astorga, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. **PROJETO DE LEI N.º 145-71** — autor dep. Fuad Nacli, que cria uma Escola Normal Colegial Estadual no Mun. de Nova Aurora. **PROJETO DE LEI N.º 220-71** — autor Poder Executivo — Mensagem n.º 23-71, encaminhando anteprojeto de lei que cria no Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Segurança, os cargos isolados de provimento em comissão, como especifica. **PROJETO DE LEI N.º 224-71** — autor dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a conceder duas pensões mensais de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a José Boiko, residentes em Colônia Bom Retiro no Mun. de Mandirituba. **PROJETO DE LEI N.º 42-72** — autor dep. Antonio F. F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, da cidade de Ponta Grossa. **PROJETO DE LEI N.º 49-72** — autor Poder Executivo — Mensagem n.º 14-72, encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros) à Secretaria dos Transportes — Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — para despesas com a execução da Lei n.º 6.249, de 10 de novembro de 1971. **PROJETO DE LEI N.º 60-72** — autor Poder Executivo — Mensagem n.º 49-71, encaminhando ofício n.º 66-72, referente a Mensagem n.º 49-71, que estabelece a Cota de Ocupação de Terras Devolutas. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10-72** — autor Comissão



de Constituição e Justiça — Ex-Proposição 105.72, que aprova termos do acordo firmado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, celebrado em 13.10.71, e destinado à realização do Censo de Recursos Humanos, do pessoal da Secretaria de Saúde Pública, e das entidades a ela vinculadas. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11.72** — autor Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 106-71, que aprova o termo do Acordo n.º 23-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do Curso de Administração de Serviços de Saúde. Pelo dep. Gabriel Manoel foi apresentado redação final ao seguinte projeto: **PROJETO DE LEI N.º 6.72** — autor dep. Lázaro Dumont, que declara de utilidade Pública a Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná, com sede nesta Capital. **APROVADAS.** Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) Dep. Alvaro Dias p/ Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente  
Lélio Guimarães Sotomaior — Secretário

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 69-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente  
Basílio Zanusso  
A. Maciel Filho — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 123-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar na sede do Município de Astorga, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios de Santa Fé, Iguaraçu, Flórida, Lobato, Munhoz de Mello e Sabáudia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente  
Basílio Zanusso  
A. Maciel Filho — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 145-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal Colegial Estadual no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente  
Basílio Zanusso  
A. Maciel Filho — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 220-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os seguintes cargos isolados de provimento em comissão:

N.º de Cargos	Denominação	Símbolo
1	Diretor	2—C
1	Assessor	3—C
5	Analistas	4—C

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente  
Basílio Zanusso  
A. Maciel Filho — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 224-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a José Boiko e Anna Boiko, pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a cada um.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente  
Basílio Zanusso  
A. Maciel Filho — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 6-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente  
Basílio Zanusso  
A. Maciel Filho — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 42-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública estadual a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente  
Basílio Zanusso  
A. Maciel Filho — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 49-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial de Cr\$ 1.516.290,00 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, para atender as despesas decorrentes da Lei n.º 6.249, de 10 de novembro de 1971, de acordo com a seguinte especificação:

ÓRGÃO PRINCIPAL: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DOS TRANSPORTES

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS

DOTAÇÃO: 42-4 4-62-05-0

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DOS TRANSPORTES

UNIDADE DE EXECUÇÃO DELEGADA: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONIO — A.P.P.A.

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes

3.2.7.3 — Entidades Estaduais

03 — Outras Despesas ..... 400.000,00

4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL

4.3.0.0 — TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas ..... 541.290,00

4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações ..... 569.000,00

4.3.5.0 — Auxílios para Material Permanente ..... 6.000,00

T O T A L ..... 1.516.290,00

Art. 2.º — Como recurso para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, poderá o Poder Executivo, cancelar as dotações orçamentárias da "Administração do Porto de Paranaguá—APP" e "Administração do Porto de Antonina—APA", no montante de Cr\$ 1.516.290,00 (um milhão, quinhentos e noventa cruzeiros), consignadas na Lei n.º 6.253 — Orçamento Geral do Estado, de 03 de dezembro de 1971.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente  
Basílio Zanusso  
A. Maciel Filho — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 60-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — A Cota de Ocupação de Terras Devolutas, a ser cobrada em cada exercício financeiro, tem como fato gerador a utilização de terras públicas, por ocupantes de terras devolutas do Estado do Paraná.

Art. 2.º — A Cota de Ocupação de Terras Devolutas será exigida sobre o valor real do imóvel utilizado, à base de 4% (quatro por cento).

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar, anualmente, o valor de incidência da cota de que trata este artigo.

Art. 3.º — A cobrança da Cota de Ocupação de Terras Devolutas será efetuada pela Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, constituindo-se, a arrecadação, em receita própria daquela Fundação de Direito Público.

Parágrafo único. Poderá a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, acertar com os ocupantes de terras devolutas a celebração de contratos particulares para pagamento da renda da ocupação, constituindo-se a arrecadação em receita daquela Fundação, tendo como base mínima da convenção a alíquota fixada no artigo 2.º desta Lei, ou a alíquota que for fixada em Ata do Poder Executivo.

Art. 4.º — As normas para fixação do valor real do imóvel utilizado, o lançamento da cota e os prazos de recolhimento se regerão por atos regulamentadores a serem baixados pelo Poder Executivo.

Art. 5.º — Ocorrendo atraso no pagamento da cota, será esta acrescida da multa de 20% (vinte por cento).

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente  
Basílio Zanusso  
A. Maciel Filho — Relatores



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica aprovado os termos do Acordo firmado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — celebrado em 13 de outubro de 1971 e destinado à realização do Curso de Recursos Humanos do pessoal componente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Estado do Paraná e das entidades a ela vinculadas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente

Basílio Zanusso

A. Maciel Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11.72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Acordo n.º 23.71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do Curso de Administração de Serviços de Saúde.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente

Basílio Zanusso

A. Maciel Filho — Relatores